



**Eletrobras**  
Eletronorte

**Demonstrações Financeiras  
Intermediárias  
3º Trimestre  
2016**



**CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A. – ELETRONORTE**  
**CNPJ Nº 00.357.038/0001-16**  
**EMPRESA DO SISTEMA ELETROBRAS**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**  
**INTERMEDIÁRIAS EM 30.09.2016**

- 1 – BALANÇOS PATRIMONIAIS**
- 2 – DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS**
- 3 – DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**
- 4 – DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES**
- 5 – DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**
- 6 – DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO**
- 7 – NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO**

## ÍNDICE

BALANÇOS PATRIMONIAIS .....	3
BALANÇOS PATRIMONIAIS (continuação).....	4
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DOS PERÍODOS .....	5
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES.....	6
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	7
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA .....	8
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO .....	9
NOTA 1 – INFORMAÇÕES GERAIS .....	10
NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS .....	11
NOTA 3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS .....	15
NOTA 4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	16
NOTA 5 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS .....	16
NOTA 6 – CLIENTES .....	17
NOTA 7 – ATIVO FINANCEIRO – CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO .....	18
NOTA 8 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - ATIVO .....	21
NOTA 9 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS.....	22
NOTA 10 – OUTROS ATIVOS .....	24
NOTA 11 – CRÉDITOS JUNTO À CERON .....	25
NOTA 12 – REACTUAÇÃO DO RISCO HIDROLÓGICO .....	25
NOTA 13 – INVESTIMENTOS .....	26
NOTA 14 – IMOBILIZADO.....	30
NOTA 15 – INTANGÍVEL .....	31
NOTA 16 – FORNECEDORES .....	32
NOTA 17 – FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS .....	32
NOTA 18 – DEBÊNTURES .....	35
NOTA 19 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - PASSIVO .....	35
NOTA 20 – OBRIGAÇÕES COM A CONTROLADORA .....	36
NOTA 21 – PROVISÕES .....	37
NOTA 22 – ADIANTAMENTOS DE CLIENTES .....	41
NOTA 23 - OUTROS PASSIVOS.....	41
NOTA 24 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	42
NOTA 25 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA .....	43
NOTA 26 – CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA DE GASTOS .....	44
NOTA 27 – RESULTADO FINANCEIRO .....	47
NOTA 28 - IMPOSTO DE RENDA DA PESSOA JURÍDICA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO .....	48
NOTA 29 – COMPROMISSOS OPERACIONAIS DE LONGO PRAZO .....	49
NOTA 30 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS .....	50
NOTA 31 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS .....	53
NOTA 32 – EVENTOS SUBSEQUENTES .....	62

## BALANÇOS PATRIMONIAIS

<b>A T I V O</b>	<b>Nota</b>	<b>30/09/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	16.103	51.683
Títulos e valores mobiliários	5	425.254	1.064.934
Clientes	6	1.072.517	806.499
Ativo financeiro-concessão de serviço público	7	616.988	309.036
Impostos e contribuições sociais	8	172.605	171.339
Almoxarifado		111.656	108.470
Instrumentos financeiros derivativos	9	66.029	21.307
Créditos junto à Ceron	11	178.568	21.286
Repactuação do Risco Hidrológico	12	21.477	26.805
Outros ativos	10	277.276	377.072
		<b>2.958.473</b>	<b>2.958.431</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>			
Títulos e valores mobiliários	5	257	240
Clientes	6	247.663	233.345
Ativo financeiro-concessão de serviço público	7	9.078.966	5.086.364
Impostos e contribuições sociais	8	283.872	1.328.320
Instrumentos financeiros derivativos	9	56.594	25.004
Cauções e depósitos vinculados	21.3	458.305	473.135
Adiantamentos para futuro aumento de capital		142.280	37.079
Créditos junto à Ceron	11	2.013.192	1.963.373
Repactuação do Risco Hidrológico	12	28.440	59.103
Outros ativos	10	262.826	199.868
		<b>12.572.395</b>	<b>9.405.831</b>
<b>INVESTIMENTOS</b>	13	4.904.963	4.244.923
<b>IMOBILIZADO</b>	14	6.799.421	7.169.916
<b>INTANGÍVEL</b>	15	332.272	274.080
		<b>24.609.051</b>	<b>21.094.750</b>
<b>TOTAL</b>		<b>27.567.524</b>	<b>24.053.181</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

### BALANÇOS PATRIMONIAIS (continuação)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota		
		30/09/2016	31/12/2015
<b>CIRCULANTE</b>			
Fornecedores	16	535.747	584.532
Financiamentos e empréstimos	17	707.225	601.457
Debêntures	18	14.554	14.555
Impostos e contribuições sociais	19	319.030	339.692
Remuneração aos acionistas	20.2	89.768	10.884
Folha de pagamento e obrigações estimadas		347.691	245.395
Encargos setoriais		314.205	293.778
Instrumentos financeiros derivativos	9	3	1.748
Adiantamentos de clientes	22	95.059	54.832
Obrigações com a Controladora	20	219.031	36.080
Provisões operacionais	21.1	451.340	451.340
Obrigações pela aquisição de ativos e participação		106.188	279.229
Convênios		80.992	77.345
Contratos onerosos		9.073	9.073
Outros passivos	23	287.649	391.303
		<b>3.577.555</b>	<b>3.391.243</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Fornecedores	16	227.918	332.556
Financiamentos e empréstimos	17	4.300.443	4.190.699
Debêntures	18	192.150	205.248
Obrigações estimadas		9.331	15.270
Provisões para riscos	21.2	819.744	1.226.462
Instrumentos financeiros derivativos	9	49.909	78.521
Adiantamentos de clientes	22	607.957	659.082
Benefícios pós-emprego		25.591	25.591
Obrigações com a Controladora	20	1.484.599	1.507.384
Obrigações pela aquisição de ativos e participação		-	59.212
Contratos onerosos		239.382	239.382
Outros passivos	23	668.009	147.850
		<b>8.625.033</b>	<b>8.687.257</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>12.202.588</b>	<b>12.078.500</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Capital social	24	11.576.263	11.576.263
Reservas de lucros		354.075	394.354
Dividendos adicionais propostos		-	30.210
Outros resultados abrangentes		(26.146)	(26.146)
Lucros acumulados		3.460.744	-
		<b>15.364.936</b>	<b>11.974.681</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>27.567.524</b>	<b>24.053.181</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DOS PERÍODOS

	Nota	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
		01/01/2016 à 30/09/2016	01/01/2015 à 30/09/2015	01/07/2016 à 30/09/2016	01/07/2015 à 30/09/2015	01/01/2016 à 30/09/2016	01/01/2015 à 30/09/2015	01/07/2016 à 30/09/2016	01/07/2015 à 30/09/2015
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	25	<b>7.042.735</b>	<b>4.161.847</b>	<b>1.616.744</b>	<b>1.422.634</b>	<b>7.124.310</b>	<b>4.298.222</b>	<b>1.634.246</b>	<b>1.466.133</b>
Custo com energia elétrica									
Energia elétrica comprada para revenda		(135.524)	(784.943)	(51.786)	105.072	(135.524)	(784.943)	(51.786)	105.072
Encargos de uso da rede de transmissão		(386.161)	(388.203)	(138.855)	(126.081)	(386.161)	(388.203)	(138.855)	(126.081)
		<b>(521.685)</b>	<b>(1.173.146)</b>	<b>(190.641)</b>	<b>(21.009)</b>	<b>(521.685)</b>	<b>(1.173.146)</b>	<b>(190.641)</b>	<b>(21.009)</b>
Custo de operação									
Pessoal, material e serviços de terceiros		(600.091)	(586.518)	(205.827)	(217.098)	(600.091)	(586.518)	(205.827)	(217.098)
Utilização de recursos hídricos		(134.365)	(188.621)	(25.274)	(44.264)	(134.365)	(188.621)	(25.274)	(44.264)
Depreciação e amortização		(325.748)	(310.103)	(111.058)	(95.604)	(325.748)	(310.103)	(111.058)	(95.604)
Outros		(101.088)	(77.769)	(52.471)	(18.294)	(101.088)	(77.769)	(52.471)	(18.294)
		<b>(1.161.292)</b>	<b>(1.163.011)</b>	<b>(394.630)</b>	<b>(375.260)</b>	<b>(1.161.292)</b>	<b>(1.163.011)</b>	<b>(394.630)</b>	<b>(375.260)</b>
Custo do serviço prestado a terceiros		(54.675)	(23.974)	(20.226)	(12.299)	(54.675)	(23.974)	(20.226)	(12.299)
Custo de construção		(137.456)	(103.774)	(41.828)	(49.231)	(182.761)	(209.199)	(47.019)	(82.524)
<b>CUSTO OPERACIONAL</b>	26	<b>(1.875.108)</b>	<b>(2.463.905)</b>	<b>(647.325)</b>	<b>(457.799)</b>	<b>(1.920.413)</b>	<b>(2.569.330)</b>	<b>(652.516)</b>	<b>(491.092)</b>
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>5.167.627</b>	<b>1.697.942</b>	<b>969.419</b>	<b>964.835</b>	<b>5.203.897</b>	<b>1.728.892</b>	<b>981.730</b>	<b>975.041</b>
<b>DESPESA OPERACIONAL</b>	26	<b>(748.315)</b>	<b>(675.687)</b>	<b>(210.731)</b>	<b>(448.462)</b>	<b>(755.382)</b>	<b>(679.199)</b>	<b>(213.049)</b>	<b>(450.027)</b>
<b>RESULTADO DO SERVIÇO</b>		<b>4.419.312</b>	<b>1.022.255</b>	<b>758.688</b>	<b>516.373</b>	<b>4.448.515</b>	<b>1.049.693</b>	<b>768.681</b>	<b>525.014</b>
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	13	203.868	117.256	164.276	66.611	190.983	130.471	161.862	73.031
RESULTADO FINANCEIRO	27	(10.988)	(643.834)	(99.022)	(360.299)	(27.306)	(684.487)	(106.601)	(375.360)
<b>RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS</b>		<b>4.612.192</b>	<b>495.677</b>	<b>823.942</b>	<b>222.685</b>	<b>4.612.192</b>	<b>495.677</b>	<b>823.942</b>	<b>222.685</b>
Imposto de renda e contribuição social	28	(88.005)	(47.033)	(3.128)	(45.017)	(88.005)	(47.033)	(3.128)	(45.017)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	28	(1.063.443)	(33.705)	(42.025)	46.002	(1.063.443)	(33.705)	(42.025)	46.002
		<b>(1.151.448)</b>	<b>(80.738)</b>	<b>(45.153)</b>	<b>985</b>	<b>(1.151.448)</b>	<b>(80.738)</b>	<b>(45.153)</b>	<b>985</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>		<b>3.460.744</b>	<b>414.939</b>	<b>778.789</b>	<b>223.670</b>	<b>3.460.744</b>	<b>414.939</b>	<b>778.789</b>	<b>223.670</b>
Lucro básico por ação (em reais)		22,48	2,70	5,06	1,45	22,48	2,70	5,06	1,45
Lucro diluído por ação (em reais)		22,10	1,22	4,97	0,39	22,10	1,22	4,97	0,39

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

	CONTROLADORA / CONSOLIDADO			
	01/01/2016 à 30/09/2016	01/01/2015 à 30/09/2015	01/07/2016 à 30/09/2016	01/07/2015 à 30/09/2015
<b>LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b>3.460.744</b>	<b>414.939</b>	<b>778.789</b>	<b>223.670</b>
<b>RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO</b>	<b>3.460.744</b>	<b>414.939</b>	<b>778.789</b>	<b>223.670</b>
Parcela atribuída aos controladores	3.442.748	412.781	774.739	222.507
Parcela atribuída aos não controladores	17.996	2.158	4.050	1.163
	<b>3.460.744</b>	<b>414.939</b>	<b>778.789</b>	<b>223.670</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Nota	Capital Social	Reservas de Lucros			Dividendos Adicionais	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
		Reserva Legal	Incentivo fiscal	Retenção de Lucros				
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>11.563.279</b>	<b>128.340</b>	<b>204.622</b>	<b>913.554</b>	<b>456.777</b>	-	<b>(39.607)</b>	<b>13.226.965</b>
Integralização de adiantamento para futuro aumento de capital	12.984	-	-	-	-	-	-	<b>12.984</b>
Reversão de reserva de lucro	20	-	-	(913.554)	913.554	-	-	-
Dividendos adicionais declarados	20	-	-	-	(1.370.331)	-	-	<b>(1.370.331)</b>
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	414.939	-	<b>414.939</b>
<b>Saldo em 30 de setembro de 2015</b>	<b>11.576.263</b>	<b>128.340</b>	<b>204.622</b>	-	-	<b>414.939</b>	<b>(39.607)</b>	<b>12.284.557</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>11.576.263</b>	<b>133.424</b>	<b>220.651</b>	<b>40.279</b>	<b>30.210</b>	-	<b>(26.146)</b>	<b>11.974.681</b>
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	3.460.744	-	<b>3.460.744</b>
<b>Destinação do lucro líquido:</b>								
Reversão de reserva de retenção de lucros	-	-	-	(40.279)	-	-	-	<b>(40.279)</b>
Dividendos propostos	-	-	-	-	(30.210)	-	-	<b>(30.210)</b>
<b>Saldo em 30 de setembro de 2016</b>	<b>11.576.263</b>	<b>133.424</b>	<b>220.651</b>	-	-	<b>3.460.744</b>	<b>(26.146)</b>	<b>15.364.936</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.



## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	01/01/2016 à 30/09/2016	01/01/2015 à 30/09/2015	01/01/2016 à 30/09/2016	01/01/2015 à 30/09/2015
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>				
<b>Resultado antes dos impostos</b>	<b>4.612.192</b>	<b>495.677</b>	<b>4.612.192</b>	<b>495.677</b>
<b>Ajustes para conciliar o lucro com o caixa gerado pelas operações</b>				
Depreciação e amortização	337.497	320.044	337.497	320.044
Acréscimos moratórios em faturas de energia vendida	(93.316)	(28.576)	(93.332)	(28.576)
Varição monetária ativa	(347.992)	(167.277)	(340.729)	(167.277)
Varição monetária passiva	153.398	451.407	162.551	455.728
Encargos de dívidas	482.671	428.004	482.671	434.269
Resultado de equivalência patrimonial	(203.868)	(117.256)	(252.302)	(130.472)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(11.944)	(3.907)	(11.944)	(3.907)
Provisões operacionais	174.296	332.653	174.935	324.322
Baixa de ativo imobilizado e intangível	13.557	8.778	13.557	8.778
Ganhos (perdas) com derivativos	(106.669)	111.310	(106.669)	111.310
Remuneração do Ativo Financeiro	(3.630.656)	(223.013)	(3.667.535)	(253.962)
Compra vantajosa na aquisição de investimento	-	(171.974)	-	(171.974)
Outros despesas (receitas) financeiras	5.315	(53.865)	5.908	(21.146)
	<b>1.384.481</b>	<b>1.382.005</b>	<b>1.316.800</b>	<b>1.372.814</b>
<b>Variações nos ativos e passivos operacionais</b>				
Clientes	(144.283)	(214.913)	(150.077)	(214.913)
Outros ativos	1.160.959	543.390	1.165.461	602.171
Fornecedores	(160.338)	(480.135)	(156.324)	(504.067)
Outros passivos	(1.504.833)	174.408	(1.507.921)	137.873
	<b>(648.495)</b>	<b>22.750</b>	<b>(648.861)</b>	<b>21.064</b>
<b>Caixa proveniente das atividades operacionais</b>	<b>735.986</b>	<b>1.404.755</b>	<b>667.939</b>	<b>1.393.878</b>
Pagamento de encargos de empréstimos e financiamentos	(250.709)	(231.944)	(250.709)	(231.944)
Pagamento de encargos de IR e CS	(86.445)	(28.358)	(86.445)	(28.358)
Recebimento de indenizações das renovação de concessões	-	330.131	-	330.131
Recebimento de receita anual permitida	256.616	228.498	343.002	228.498
Recebimento remuneração de participações societárias	33.933	14.889	33.933	14.889
Pagamento de contingências	(83.878)	(10.916)	(83.878)	(10.916)
Cauções de depósitos vinculados	23.402	(25.362)	35.117	(26.103)
	<b>(107.081)</b>	<b>276.938</b>	<b>(8.980)</b>	<b>276.197</b>
<b>Caixa líquido das atividades operacionais</b>	<b>628.905</b>	<b>1.681.693</b>	<b>658.959</b>	<b>1.670.075</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>				
Financiamentos e empréstimos obtidos	510.406	358.825	510.406	358.825
Pagamento de financiamentos e empréstimos - principal	(568.493)	(473.833)	(572.193)	(473.833)
<b>Caixa líquido das atividades de financiamento</b>	<b>(58.087)</b>	<b>(115.008)</b>	<b>(61.787)</b>	<b>(115.008)</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>				
Títulos e valores mobiliários - aplicações financeiras	639.663	225.392	639.663	225.392
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(38.751)	(94.327)	(38.751)	(94.327)
Aquisição de ativo financeiro	(162.528)	(722.970)	(207.832)	(828.395)
Participações societárias	(939.668)	(947.874)	(939.668)	(947.874)
Adiantamentos para futuro aumento de capital concedidos	(105.114)	(99.048)	(105.114)	(2.176)
<b>Caixa líquido das atividades de investimento</b>	<b>(606.398)</b>	<b>(1.638.827)</b>	<b>(651.702)</b>	<b>(1.647.380)</b>
<b>Redução no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(35.580)</b>	<b>(72.142)</b>	<b>(54.530)</b>	<b>(92.313)</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	<b>51.683</b>	<b>296.950</b>	<b>70.633</b>	<b>344.024</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício</b>	<b>16.103</b>	<b>224.808</b>	<b>16.103</b>	<b>251.711</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

## DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO DOS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO

	Nota	<b>CONTROLADORA</b>		<b>CONSOLIDADO</b>	
		<b>01/01/2016 à 30/09/2016</b>	<b>01/01/2015 à 30/09/2015</b>	<b>01/01/2016 à 30/09/2016</b>	<b>01/01/2015 à 30/09/2015</b>
<b>RECEITAS</b>					
Receitas de vendas de energia e serviços	25	7.666.643	4.772.087	7.751.783	4.908.462
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	26	11.944	3.908	11.944	3.908
		<b>7.678.587</b>	<b>4.775.995</b>	<b>7.763.727</b>	<b>4.912.370</b>
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>					
Custo de construção	26	(137.456)	(103.774)	(182.760)	(209.199)
Energia elétrica comprada para revenda	26	(135.524)	(784.943)	(135.524)	(784.943)
Encargos de uso da rede de transmissão	26	(386.161)	(388.203)	(386.161)	(388.203)
Material	26	(24.622)	(21.305)	(24.734)	(21.323)
Serviços de terceiros	26	(202.152)	(173.496)	(207.697)	(175.874)
Combustível	26	(3.717)	(88.553)	(3.717)	(88.553)
Outros		(70.751)	2.136	(71.194)	2.049
		<b>(960.383)</b>	<b>(1.558.138)</b>	<b>(1.011.787)</b>	<b>(1.666.046)</b>
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>		<b>6.718.204</b>	<b>3.217.857</b>	<b>6.751.940</b>	<b>3.246.324</b>
<b>RETENÇÕES</b>					
Depreciação e amortização	26	(337.497)	(320.042)	(337.506)	(320.042)
Provisões operacionais	26	(174.296)	(332.752)	(174.935)	(333.523)
		<b>(511.793)</b>	<b>(652.794)</b>	<b>(512.441)</b>	<b>(653.565)</b>
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO</b>		<b>6.206.411</b>	<b>2.565.063</b>	<b>6.239.499</b>	<b>2.592.759</b>
<b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>					
Resultado de participações societárias	13	203.868	117.256	190.983	130.471
Compra vantajosa na aquisição de investimento	26	-	171.974	-	171.974
Receitas financeiras	27	657.961	388.786	651.389	355.304
		<b>861.829</b>	<b>678.016</b>	<b>842.372</b>	<b>657.749</b>
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>		<b>7.068.240</b>	<b>3.243.079</b>	<b>7.081.871</b>	<b>3.250.508</b>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>					
<b>Pessoal:</b>					
Remuneração do trabalho	26	761.122	709.896	761.204	709.968
		<b>761.122</b>	<b>709.896</b>	<b>761.204</b>	<b>709.968</b>
<b>Impostos, taxas e contribuições:</b>					
Deduções à receita operacional	25	623.908	610.240	627.473	610.240
Tributos	26	5.822	2.242	5.822	2.292
Taxa de fiscalização	26	11.293	12.335	11.409	12.335
Utilização de recursos hídricos	26	134.365	188.621	134.365	188.621
Encargos sobre despesa de pessoal	26	157.447	149.319	157.447	149.319
Imposto de renda e contribuição social	28	1.151.448	80.738	1.151.448	80.738
		<b>2.084.283</b>	<b>1.043.495</b>	<b>2.087.964</b>	<b>1.043.545</b>
<b>Remuneração de capitais de terceiros:</b>					
Despesas financeiras	27	668.949	1.032.620	678.695	1.039.791
Arrendamentos e aluguéis	26	93.142	42.129	93.264	42.265
		<b>762.091</b>	<b>1.074.749</b>	<b>771.959</b>	<b>1.082.056</b>
<b>Remuneração de capitais próprios</b>					
Lucros a distribuir		3.460.744	414.939	3.460.744	414.939
		<b>3.460.744</b>	<b>414.939</b>	<b>3.460.744</b>	<b>414.939</b>
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO</b>		<b>7.068.240</b>	<b>3.243.079</b>	<b>7.081.871</b>	<b>3.250.508</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO**  
**ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**  
**EM 30 DE SETEMBRO DE 2016 E 2015**

**NOTA 1 – INFORMAÇÕES GERAIS**

A Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – Eletronorte (“Companhia”) é uma sociedade de economia mista, de capital fechado, autorizada a funcionar pelo Decreto nº 72.548 de 30 de julho de 1973, como concessionária de serviços públicos de energia elétrica, controlada pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras. Sua sede está localizada em Brasília – DF, no SCN Quadra 06 – Conj. A – Blocos B e C, Entrada norte 2, Asa Norte, CEP: 70.716-901.

A Companhia atua, simultaneamente, no Sistema Interligado Nacional (SIN) e no Sistema Isolado. O Sistema Isolado está localizado no estado de Roraima, enquanto os estados do Pará, Maranhão, Mato Grosso, Tocantins, Rondônia, Acre, Amapá e São Paulo, fazem parte do SIN.

As operações da Companhia com geração de energia elétrica contam com 04 usinas hidrelétricas, e 06 usinas termelétricas.

A comercialização de energia elétrica ocorre por meio de contratos firmados com as concessionárias de distribuição, dos contratos de reserva de potência e fornecimento de energia elétrica, firmados com consumidores industriais, diretamente atendidos pela Companhia, de contratos oriundos de leilões de energia realizados pela CCEE e de leilões de compra e venda de energia elétrica, realizados por comercializadores ou consumidores livres. As eventuais diferenças entre a energia gerada e a vendida, na forma dos contratos descritos, são comercializadas por intermédio do mercado de curto prazo, no âmbito da CCEE.

A transmissão de energia em corrente alternada é administrada pela Companhia por um sistema composto de 10.647,74 Km de linhas de transmissão (não auditado) e 56 subestações no SIN, 190,20 Km de linhas de transmissão (não auditado) e 01 subestação no sistema isolado, totalizando 10.837,9 km de linhas de transmissão (não auditado) e 57 subestações.

A Companhia possui Contratos de Concessão da Transmissão que asseguram o direito de receber Receita Anual Permitida (RAP).

A Companhia detém participação societária em Sociedades de Propósitos Específicos de geração e de transmissão de energia elétrica (nota 13). Em 31 de agosto de 2016, a companhia incorporou a ex subsidiária integral Linha Verde Transmissora de Energia S.A (nota 13.4).

## NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Estas demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstrações Intermediárias, e estão sendo apresentadas sem a repetição de determinadas notas explicativas anteriormente divulgadas, mas com a evidenciação das alterações relevantes ocorridas no período. Portanto, estas demonstrações financeiras intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras intermediárias anuais da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, que contemplam o conjunto completo das notas explicativas.

Em razão da incorporação da ex-subsidiária integral Linha Verde Transmissora de Energia S.A, em 31 de agosto de 2016, conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, a Companhia deixou de apresentar o balanço patrimonial consolidado em 30 de setembro de 2016 (e o saldo consolidado), porém, elaborou e está apresentando as demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período findo em 30 de setembro de 2016.

Adicionalmente, a Companhia elaborou e está divulgando, como informação suplementar, as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes aos períodos de 9 (nove) meses findos em 30 de setembro de 2016 e 2015, preparadas sob a responsabilidade de sua Administração, uma vez que não são requeridas pela legislação societária brasileira para companhias de capital fechado.

A preparação de demonstrações financeiras intermediárias requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas estimativas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como são significativas para as demonstrações financeiras intermediárias são:

- Vida útil do ativo imobilizado;
- Ativo financeiro da concessão;
- Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas;
- Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros;
- Perda para créditos de liquidação duvidosa; e
- Ativos fiscais diferidos.

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As demonstrações financeiras intermediárias foram submetidas à Diretoria da Companhia em 01 de novembro de 2016.

### 2.1. Riscos relacionados ao cumprimento (“*compliance*”) de leis e regulamentos

Em 2009, as autoridades federais brasileiras inicialmente focaram a investigação da “Operação Lava Jato” em organizações criminosas envolvidas em lavagem de dinheiro. A Lava Jato compreende inúmeras investigações de várias práticas criminosas com o foco em crimes cometidos por indivíduos e organizações no Brasil. Desde 2014, o Ministério Público Federal dirigiu parte das investigações para irregularidades envolvendo empreiteiros e fornecedores de empresas estatais e revelaram um grande esquema de pagamento que envolveu diversos participantes.

Embora nenhuma acusação tenha sido movida diretamente contra a Eletrobras no âmbito da “Operação Lava Jato”, o Ministério Público Federal tem conduzido investigações sobre irregularidades envolvendo alguns funcionários, empreiteiros e fornecedores da Eletrobras, bem como certos empreiteiros e fornecedores de sociedades de propósito específico (“SPEs”) nas quais a Eletrobras detém participações acionárias minoritárias, envolvidas na construção de usinas de geração de energia elétrica.

Em resposta às alegações de possíveis atividades ilegais em 2015, relativas a empresas que prestam serviços para a subsidiária da Eletrobrás, a Eletrobras Termonuclear S.A. - Eletronuclear ("Eletronuclear") (especificamente, a usina de energia nuclear "Angra 3") e para determinadas SPEs, o Conselho de Administração da Eletrobras contratou o escritório de advocacia Hogan Lovells US LLP para realizar uma investigação interna independente com o propósito de avaliar a eventual existência de irregularidades, incluindo violações ao U.S. Foreign Corruption Practice Act (FCPA), à Lei Brasileira Anticorrupção e ao Código de Ética da Eletrobras (a "Investigação Independente").

A Investigação Independente é supervisionada por uma comissão que foi criada, em 31 de julho de 2015, pelo Conselho de Administração da Eletrobras. Esta comissão é composta pela Dra. Ellen Gracie Northfleet, Ministra aposentada do Supremo Tribunal Federal, pelo Sr. Durval José Soledade Santos, ex-Diretor da Comissão de Valores Mobiliários, e pelo Sr. Manoel Jeremias Leite Caldas, representantes dos acionistas minoritários (a "Comissão Independente").

A Eletrobras, o Hogan Lovells e a Comissão Independente têm acompanhado de perto as investigações oficiais e cooperado com as autoridades brasileiras e americanas, incluindo a Justiça Federal, o Ministério Público Federal ("MPF"), a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), o Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE"), o *United States Department of Justice* ("DOJ") e a *United States Securities & Exchange Commission* ("SEC"), entre outros, e têm atendido às solicitações de informações e documentos por parte dessas autoridades.

Em 29 de abril de 2015, a Polícia Federal iniciou a fase "Operação Radioatividade" da "Operação Lava Jato", que resultou na prisão de um ex-diretor da subsidiária Eletronuclear. Esse ex-diretor foi condenado a 43 anos de prisão pelo juiz da 7ª Vara Criminal Federal, por corrupção passiva, lavagem de dinheiro, obstrução de justiça, evasão fiscal e participação em organização criminosa. Em 6 de julho de 2016, a Polícia Federal iniciou a "Operação Pripyat", cumpriu mandados de prisão, expedidos pelo juiz da 7ª Vara Federal da Comarca do Rio de Janeiro, contra ex-diretores e diretores suspensos da Eletronuclear, bem como contra outras partes. A Eletrobrás cooperou e participou da acusação contra os réus nesse processo criminal. A Eletrobrás tem a intenção de, no futuro, requerer reparação civil pelos danos sofridos.

Desde o início da investigação, a Eletrobras substituiu todo o seu Conselho de Administração, contratou um novo CEO e uma Diretora de *Compliance*, e criou um Departamento de *Compliance* independente para ajudar a coordenar as atividades de *compliance* de todas as subsidiárias. A Diretora de *Compliance* e sua equipe coordenam semanalmente o trabalho juntamente com os gestores de *compliance* de cada subsidiária.

Além disso, a Eletrobras revisou determinados contratos em que as investigações identificaram possíveis irregularidades e, quando aplicável, suspendeu tais contratos. A Eletrobras tomou medidas administrativas relacionadas aos empregados e diretores envolvidos nas situações identificadas pela investigação, incluindo a suspensão e desligamento do contrato de trabalho.

A Investigação Independente completou a investigação que tinha como objetivo identificar distorções nas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas da Eletrobras. A Investigação Independente ainda possui procedimentos adicionais a serem executados com foco em questões de *compliance* interno. De acordo com o atual conhecimento da Eletrobras, não se espera que esses procedimentos tragam informações relevantes adicionais que possam gerar impactos relevantes nas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas da Eletrobras nos períodos futuros.

Contudo, as investigações da "Operação Lava Jato" ainda não foram concluídas e o Ministério Público Federal poderá levar tempo considerável para concluir todos os seus procedimentos. Dessa forma, novas informações relevantes podem ser reveladas no futuro, o que poderá levar a Eletrobrás a reconhecer ajustes adicionais nas suas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas.

#### **a) Resumo das conclusões da Investigação Independente**

Os relatórios finais da Investigação Independente realizada pela Eletrobras incluem certas descobertas com seus respectivos impactos, qualitativos e quantitativos, nas demonstrações financeiras intermediárias (divulgações e/ou contabilização), em alguns, mas não todos, os projetos de geração de energia que estão incluídos no âmbito da investigação. Os relatórios da Investigação Independente reportam determinados superfaturamentos relacionados à propina e licitações fraudulentas (uma forma de fraude em que um contrato comercial é prometido a uma única parte, embora muitas outras partes também apresentem proposta na licitação. Essa prática é ilegal na maioria dos países.), considerados ilegais no âmbito de alguns contratos, os quais foram celebrados, desde 2008, com certos empreiteiros e fornecedores dos projetos afetados. A extensão dos impactos estimados de propina é de 1% a 6% do valor do contrato e ainda determinados montantes fixos, enquanto o impacto estimado das licitações fraudulentas é de 10% dos pagamentos relativos a um contrato específico. Os impactos da Investigação Independente realizada pela Eletrobras, sobre as demonstrações financeiras intermediárias são apresentados abaixo no item "Impactos nas Demonstrações financeiras intermediárias".

A Investigação Independente inclui descobertas relacionadas a licitações fraudulentas e propinas que teriam sido pagas por certos empreiteiros e fornecedores contratados por subsidiárias da Eletrobras, bem como certos empreiteiros e fornecedores de algumas das SPEs não controladas pela Eletrobras.

A Investigação Independente inclui resultados relacionados a propinas que teriam sido recebidas por determinados ex-funcionários ou funcionários de subsidiárias e SPEs não controladas pela Eletrobras.

A Investigação Independente descobriu propinas utilizadas para financiar pagamentos indevidos a partidos políticos, funcionários eleitos ou outros funcionários públicos, funcionários de empreiteiros, ex-funcionários de subsidiárias e SPEs da Eletrobras e outros indivíduos envolvidos em licitações fraudulentas. A maior parte dos pagamentos supostamente indevidos foi feita pelos empreiteiros e fornecedores e por intermediários que agiam em nome desses empreiteiros e fornecedores.

Adicionalmente, os relatórios finais da Investigação Independente contêm, separadamente, descobertas diferentes relacionadas com o possível superfaturamento em alguns projetos de geração de energia que estão incluídos no âmbito dessa investigação. Como a Investigação Independente não concluiu que tais possíveis superfaturamentos sejam decorrentes de atos ilícitos, a administração da Eletrobras entende que esse possível superfaturamento não impactaria suas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas.

#### **b) Impactos nas demonstrações financeiras intermediárias da Eletronorte**

Para determinar os ajustes ou divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas da Eletrobras decorrentes da investigação, a Administração levou em consideração as conclusões alcançadas e as descobertas identificadas em cada um dos relatórios finais de investigação que foram aprovados, no âmbito da Eletrobras, pela Comissão Independente, pelo Conselho de Administração, pelo Conselho Fiscal e pela Diretoria Executiva, sendo esses os órgãos responsáveis pela governança da Eletrobras.

A Eletrobras concluiu que, de acordo com o CPC 27 – Ativo Imobilizado, os montantes atribuídos ao superfaturamento devido a propina e/ou licitações fraudulentas, consideradas de natureza ilícita, não deveriam ter sido considerados como parte do custo de seus ativos imobilizados ou no imobilizado das SPEs não controlados pela Eletrobras. Esses montantes capitalizados como parte do preço do contrato não são custos atribuíveis ao transporte do ativo para o seu local, nem à condição necessária para que tal ativo possa operar de acordo com a forma pretendida pela administração.

Entretanto, a Eletrobras não foi capaz de identificar cada um dos períodos em que os ajustes deveriam ter sido registrados em suas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas, em virtude do seguinte:



- As informações disponibilizadas à Eletrobras pela Investigação Independente, ou de outra forma disponíveis a Eletrobras, identificam os empreiteiros e fornecedores envolvidos no esquema de sobre preço e um período em que este esteve em vigor, e indicam alguns contratos afetados, mas não especificam pagamentos contratuais individuais que incluem sobre preço ou os períodos reportados em que os sobre preços possam ter ocorrido (os relatórios e conclusões da investigação concluíram que não era possível determinar ou estimar períodos específicos dos montantes de sobre preços ocorridos);
- Como a maior parte desses alegados sobre preços foram feitos por empreiteiros e fornecedores externos, não podemos identificar os valores e períodos exatos que a Eletrobras pode ter realizado pagamentos em excesso. A informação para determinar o valor que a Eletrobras potencialmente foi cobrada a mais por esses empreiteiros e fornecedores não está contida nos registros contábeis da Eletrobras ou em seus sistemas de controle interno. Além disso, a informação utilizada nesta investigação é limitada à informação interna da Eletrobras e de suas subsidiárias e SPEs não controladas pela Eletrobras e não permitem a determinação dos valores de tais pagamentos em excesso que foram realizados em períodos anteriores e uma base definindo cada um dos períodos;
- Como os supostos pagamentos indevidos são de natureza ilícita, mesmo que os depoimentos disponíveis para a equipe de investigação tenham revelado algumas informações que permitiram a estimativa total a ser feita, eles não forneceram informações suficientes para determinar se esses pagamentos em excesso foram realizados em períodos anteriores e não se espera que os registros específicos destas atividades estejam disponíveis; e
- A Investigação em curso por parte das autoridades brasileiras é focada em determinar o envolvimento dos indivíduos sob investigação com atos ilegais, e não na obtenção de informação quantitativa sobre cada um dos períodos anteriores. Além disso, a legislação brasileira não permite o acesso irrestrito aos registros internos e documentos de fornecedores em processos civis e, portanto, não esperamos obter informações com respeito a períodos anteriores.

Conforme discutido anteriormente, não há informações suficientes que permitam à Companhia determinar os períodos específicos em que ocorreram os pagamentos em excesso, assim, a Eletrobras entende que, após ter envidado todos os esforços razoáveis e com base nas investigações realizadas no âmbito da Eletrobras é impraticável determinar os efeitos por período específico anteriores relativos aos pagamentos ilegais em suas demonstrações financeiras intermediárias, portanto, o ajuste para os pagamentos indevidos incorretamente capitalizados foi reconhecido nas informações intermediárias de 30 de setembro de 2016. A Eletrobras entende que essa abordagem é a mais apropriada de acordo com as exigências para correção de um erro.

Não obstante, a Eletrobras avaliou a relevância do impacto do esquema de pagamentos indevidos em períodos anteriores apresentados em suas demonstrações financeiras intermediárias para fins de comparação, por meio de uma metodologia que estimou em uma base *pro rata*, por contrato, a alocação de pagamentos capitalizados desde 2008. O exercício de alocação indicou que o ajuste dos pagamentos indevidos que foi capitalizado de forma inapropriada não teria sido relevante para qualquer dos períodos anteriores apresentados para fins comparativos.

A Eletrobras também não recuperou e não é capaz de estimar quaisquer valores recuperáveis potencialmente pagos indevidamente nesse período. Quaisquer valores recuperados em última análise seriam registrados quando recebidos ou quando sua realização for praticamente certa.

Assim, conforme permitido pelo CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a Companhia registrou como despesa em suas informações financeiras intermediárias de 30 de setembro de 2016, os valores cumulativos estimados de pagamentos ilegais realizados em todos os períodos anteriores.

A Eletrobras não identificou quaisquer contratos após 31 de dezembro 2015 que possam ter sido afetados pelo esquema de sobre preço.

Portanto, nessas informações intermediárias de 30 de setembro de 2016, a Companhia reconheceu uma perda de R\$ 36,5 milhões em seus resultados de investimentos avaliados pelo método de equivalência relacionados a certas investidas (SPEs não controladas pela Companhia). Os valores incluíram os resultados dos relatórios finais da investigação independente do Hogan Lovells e os custos de empréstimo correspondentes e outros encargos capitalizados.

O resumo dos ajustes ao balanço e demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados é o seguinte:

	<u>30/09/2016</u>
<b>Balanço</b>	
Investimentos pelo Método de Equivalência Patrimonial	(36.563)
	<u>(36.563)</u>
<b>Demonstração de Resultado</b>	
Resultados de investimentos pelo Método de Equivalência Patrimonial	(36.563)
	<u>(36.563)</u>

Nos termos da legislação do imposto de renda brasileiro, valores relativos a atos ilícitos não são dedutíveis e, por conseguinte, o ajuste não tem qualquer impacto no imposto de renda. Além disso, como as descobertas da Investigação Independente referem-se a ativos em construção, não há impacto nas despesas com depreciação.

Conforme mencionado no “Resumo das conclusões da Investigação Independente” acima, a Eletrobras não reconhece em suas informações intermediárias quaisquer efeitos do potencial superfaturamento além daqueles estimados em relação a propina e licitação fraudulenta consideradas de natureza ilícita, uma vez que a Investigação Independente, realizada pela Eletrobras, não concluiu que tal potencial superfaturamento está ligado a atividade ilícita.

A Eletrobras não recuperou e não pode estimar neste momento os valores recuperáveis que foram potencialmente pagos em excesso. Uma vez que, e se quaisquer valores atribuíveis a propina, licitação fraudulenta ou qualquer outro tipo de superfaturamento se tornem recuperáveis, seu recebimento for praticamente certo ou se forem de fato recebidos, serão então reconhecidos em nossas demonstrações financeiras intermediárias.

A Eletrobras tomou medidas razoáveis para investigar as alegações relativas à Operação Lava Jato e pretende tomar as medidas civis e criminais cabíveis.

### NOTA 3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras intermediárias são as mesmas adotadas na preparação das demonstrações financeiras intermediárias anuais da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, que devem ser lidas em conjunto com estas demonstrações financeiras intermediárias.

Nas demonstrações financeiras intermediárias individuais da controladora as informações financeiras de controladas em conjunto e coligadas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial e apresentam defasagem de 30 dias, exceto em situações específicas conforme descrito na nota 13.3.



#### NOTA 4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Caixa e depósitos bancários à vista	14.430	41.827
Aplicações financeiras de curto prazo	1.673	9.856
<b>TOTAL</b>	<b>16.103</b>	<b>51.683</b>

As receitas financeiras dessas aplicações estão registradas no resultado financeiro (nota 27).

#### NOTA 5 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
<b>Fundos de Investimentos</b>		
Fundos exclusivos	63.987	217.035
Outros fundos	361.267	847.899
<b>CIRCULANTE</b>	<b>425.254</b>	<b>1.064.934</b>
Outros	257	240
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>257</b>	<b>240</b>
<b>TOTAL</b>	<b>425.511</b>	<b>1.065.174</b>

As receitas financeiras dessas aplicações estão registradas no resultado financeiro (nota 27).

##### 5.1. Circulante

A Companhia e suas investidas classificam os títulos e valores mobiliários como mantidos para negociação com base nas estratégias da Administração para esses ativos, que estão registrados inicialmente pelo custo de aquisição, acrescidos de juros e atualização monetária, mensurados ao valor justo por meio do resultado.

As aplicações financeiras são realizadas, principalmente, em fundos de investimentos, lastreadas em títulos do Tesouro Nacional, realizadas com o Banco do Brasil S.A. e a Caixa Econômica Federal, conforme determina a legislação específica para as sociedades de economia mista, e contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito. A rentabilidade média dos primeiros nove meses de 2016 foi de 12,71%, o que correspondeu a 121,97% do rendimento do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

Instrumentos Financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	30/09/2016				31/12/2015			
	Valor de Custo	Valor Justo	Ajuste Líquido	% Participação	Valor de Custo	Valor Justo	Ajuste Líquido	% Participação
<b>Banco do Brasil - Fundos Exclusivos</b>								
<b>Extramercado Exclusivo 10 4211</b>	<b>60.461</b>	<b>63.987</b>	<b>3.526</b>	100,00	<b>78.513</b>	<b>74.281</b>	<b>(4.232)</b>	100,00
LTN	36.333	37.690	1.357		54.381	52.614	(1.767)	
NTNF	24.128	26.297	2.169		24.132	21.667	(2.465)	
<b>Extramercado Exclusivo 16</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	100,00	<b>142.875</b>	<b>142.754</b>	<b>(121)</b>	100,00
LTN	-	-	-		142.875	142.754	(121)	
<b>Outros Fundos</b>	<b>360.990</b>	<b>361.267</b>	<b>277</b>		<b>848.384</b>	<b>847.899</b>	<b>(485)</b>	
<b>Total</b>	<b>421.451</b>	<b>425.254</b>	<b>3.803</b>	-	<b>1.069.772</b>	<b>1.064.934</b>	<b>(4.838)</b>	-

## NOTA 6 – CLIENTES

As contas a receber de clientes decorrem da venda de energia elétrica e da disponibilização do sistema de transmissão a consumidores e concessionários de energia elétrica, conforme demonstrado a seguir:

Nota	30/09/2016			31/12/2015	
	VINCENDOS	VENCIDOS		TOTAL	TOTAL
		ATÉ 90 DIAS	HÁ MAIS DE 90 DIAS		
<b>Consumidores</b>					
Industrial	88.325	72	-	88.397	101.952
	<b>88.325</b>	<b>72</b>	<b>-</b>	<b>88.397</b>	<b>101.952</b>
<b>Concessionárias e permissionárias</b>					
Suprimento de energia	262.676	109.506	16.605	388.787	429.096
Uso da rede elétrica	112.550	3.430	18.216	134.196	108.580
Conexão ao sistema de transmissão	4.081	794	418	5.293	3.152
Comercialização de energia	6.1 13.109	96.261	211.205	320.575	98.176
<b>Renegociação - Suprimento</b>					
Boa Vista Energia S.A.	6.3 148.546	-	-	148.546	76.220
Centrais Elétricas do Pará S.A. (Celpa)	7.350	-	-	7.350	7.350
Companhia de Eletricidade do Amapá (Cea)	-	-	259.274	259.274	225.514
	<b>548.312</b>	<b>209.991</b>	<b>505.718</b>	<b>1.264.021</b>	<b>948.088</b>
(-) Perda para créditos de liquidação duvidosa	6.2 -	(72)	(279.467)	(279.539)	(242.930)
(-) Ajuste a valor presente	(362)	-	-	(362)	(611)
<b>Total circulante</b>	<b>636.275</b>	<b>209.991</b>	<b>226.251</b>	<b>1.072.517</b>	<b>806.499</b>
<b>Concessionárias e permissionárias</b>					
<b>Renegociação - Suprimento</b>					
Boa Vista Energia S.A.	6.3 1.837	-	245.878	245.878	226.288
Centrais Elétricas do Pará S.A. (Celpa)	1.837	-	-	1.837	7.350
	<b>1.837</b>	<b>-</b>	<b>245.878</b>	<b>247.715</b>	<b>233.638</b>
(-) Perda para créditos de liquidação duvidosa	6.2 -	-	-	-	-
(-) Ajuste a valor presente	(52)	-	-	(52)	(293)
<b>Total não circulante</b>	<b>1.785</b>	<b>-</b>	<b>245.878</b>	<b>247.663</b>	<b>233.345</b>
<b>Total</b>	<b>638.060</b>	<b>209.991</b>	<b>472.129</b>	<b>1.320.180</b>	<b>1.039.844</b>

## 6.1. Comercialização de energia

O aumento no saldo da conta de comercialização de energia é decorrente da inadimplência referente à venda de energia junto a CCEE no exercício de 2016. No período foram reconhecidas receitas que montam R\$ 281.010 e atualizações monetárias no montante de R\$ 31.846.

## 6.2. Perda para créditos de liquidação duvidosa (PCLD)

Constituído com base na análise individualizada dos créditos relevantes, vencidos a partir de 30 dias, sendo provisionados aqueles onde não há certeza no seu recebimento, em função do histórico de pagamento e inadimplência.

O montante contabilizado é considerado suficiente, pela Administração, para cobertura de eventuais perdas na realização destes ativos.

<b>Saldo em 31/12/2014</b>	<b>(34.837)</b>
Constituição	(229.072)
Reversão/Baixa	20.979
<b>Saldo em 31/12/2015</b>	<b>(242.930)</b>
Constituição	(36.609)
Reversão/Baixa	-
<b>Saldo em 30/09/2016</b>	<b>(279.539)</b>

Foi constituída perda no montante de R\$ 225.514, em dezembro de 2015, referente à terceira parcela de renegociação realizada junto a CEA que venceu em janeiro de 2015.

## 6.3. Renegociação

Refere-se às renegociações dos créditos junto à Boa Vista Energia S.A., no exercício de 2015. A posição dos créditos decorrentes das negociações perfazem um montante de R\$ 245.877 em 30 de setembro de 2016, já acrescidos de juros e multas.

## NOTA 7 – ATIVO FINANCEIRO – CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

Os saldos e movimentações dos ativos financeiros vinculados à concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica são os seguintes:

	Movimentação no exercício							30/09/2016
	31/12/2015	Ingressos	Remuneração do Ativo Financeiro	Amortizações	Baixas	Transferências	Impairment	
<b>Transmissão</b>								
Ativo financeiro indenizável	440.301	-	-	-	-	(101.381)	-	338.920
Ativo financeiro indenizável (RBSE)	1.732.910	-	3.407.142	-	-	-	-	5.140.052
Ativo financeiro	3.071.421	137.455	223.514	(256.616)	-	101.381	890.010	4.167.165
Ativo financeiro - UHE C. Nunes	1.867	980	-	-	-	-	(126.024)	(123.177)
Ativo financeiro - RBNI/RBSE	148.901	24.093	-	-	-	-	-	172.994
<b>Total</b>	<b>5.395.400</b>	<b>162.528</b>	<b>3.630.656</b>	<b>(256.616)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>763.986</b>	<b>9.695.954</b>
Circulante	309.036							616.988
Não circulante	5.086.364							9.078.966

## 7.1. Bens do sistema existente em 31 de maio de 2000

### 7.1.1. Ativos RBSE

O Ministério de Minas e Energia publicou no dia 20 de abril de 2016, a Portaria nº 120/2016, que rege o pagamento às empresas de transmissão de energia elétrica pelos bens reversíveis existentes em 31 de maio de 2000 (denominados Rede Básica Sistemas Existentes – RBSE). São abrangidos pela portaria os ativos reversíveis que não estavam depreciados até 31 de dezembro de 2012, quando essas empresas tiveram antecipados os vencimentos de contratos de concessão, nos termos da Lei nº 12.783/13 (de conversão da MP 579/12).

A remuneração desses ativos se dará pela seguinte forma:

- (i) pelo custo do capital correspondente aos ativos, composto por remuneração e depreciação acrescidos dos devidos tributos a partir do processo tarifário de 2017;
  - (a) a remuneração será dada através do Custo Médio Ponderado de Capital;
  - (b) a depreciação será paga em função da vida útil de cada ativo incorporado a Base de Remuneração Regulatória;
- (ii) o custo de capital não incorporado desde as prorrogações das concessões até o processo tarifário será atualizado e remunerado pelo custo de capital próprio;
  - (a) a partir do processo tarifário de 2017 o custo de capital será remunerado pelo Custo Médio Ponderado de Capital pelo prazo de oito anos.
- (iii) para as empresas que ainda não tiveram os valores homologados foi considerado como melhor estimativa da administração o laudo de fiscalização emitido pela ANEEL;

A portaria cita que os valores devidos vão compor a base de remuneração regulatória das empresas, ou seja, serão repassados às tarifas de energia dos consumidores e que isso será iniciado a partir do processo tarifário de 2017. Além de compensar os ativos, a portaria também estabelece que o custo de capital incorrido pelas empresas possa ser incluído nos referidos valores.

Em 30 de março de 2016 a ANEEL emitiu o relatório de fiscalização do laudo de avaliação, por meio do Termo de Notificação nº 028/2016-SFF/ANEEL, recebido na Eletronorte em 15/04/2016, consignando o valor para fins de pagamento da RBSE de R\$ 2.484.548.606,22 (base para realização do 2. ITR de 2016).

Em 06 de maio de 2016 a Eletronorte apresentou Recurso Administrativo ao Termo de Notificação nº 028/2016-SFF/ANEEL, requerendo a correção do valor.

No dia 6 de setembro de 2016 a ANEEL encaminhou ofício dando continuidade ao processo de fiscalização, realizado no período de 08 a 19 de dezembro de 2014, e tendo em vista as manifestações encaminhadas pela ELETRONORTE oportunidade em que a agência se manifestou sobre o valor para homologação da RBSE.

Em 18/10/2016 a Diretoria da ANEEL apreciou o relatório de fiscalização da SFF/ANEEL, e decidiu pela homologação do valor final para fins de pagamento da RBSE à Eletronorte, no valor líquido de R\$ 2.579.312.

Como base na Portaria MME nº 120/16 a Companhia elaborou sua melhor estimativa apresentando os valores atualizados, os quais levaram em consideração as premissas elencadas na mesma. Essa avaliação espelha a posição da Administração quanto aos valores a serem apreciados de forma final pela ANEEL em julho de 2017.

<b>Ativo Financeiro - RBSE</b>	<b>31/12/2015</b>
Rede básica - RBSE - Saldo histórico (A)	1.732.910
Rede básica - RBSE - Laudo ANEEL	2.579.312
	<b>30/09/2016</b>
Ativo Financeiro - Laudo atualizado	3.394.183
Depreciação do laudo Atualizado	(1.125.357)
<b>Base de remuneração</b>	<b>2.268.826</b>
Quota de Reintegração Regulatória	1.125.357
Remuneração do Capital Investido	1.056.548
Atualização monetária	689.321
<b>Custo de capital não incorporado (B)</b>	<b>2.871.226</b>
Valor total do ativo financeiro (B)	<b>5.140.052</b>
Remuneração reconhecida (B - A)	3.407.142
Efeito tributário Diferido (34%)	(1.158.428)
<b>Valor líquido reconhecido no resultado</b>	<b>2.248.714</b>

## 7.2. Aquisição de ativos

### 7.2.1. Aquisição de ativos e passivos vinculados à concessão

Em 30 de junho de 2015, a Companhia concretizou a aquisição junto a Eletrosul Centrais Elétricas S.A. dos ativos e passivos originados pelo contrato de concessão nº 10/2009 pelo valor de R\$ 327.048, corrigido monetariamente a partir de julho de 2014 até a data do seu pagamento, mediante aplicação do índice SELIC, para quitação em 03 parcelas, com vencimentos em 2015, 2016 e 2017. Até 30 de setembro de 2016 a Companhia efetuou a quitação de R\$ 218.056. O restante da dívida monta R\$ 120.385.

Em 30 de junho de 2015	Valor justo na data de aquisição	Valor justo após atualização
<b>Ativos adquiridos a valor justo</b>		
Ativo financeiro	608.825	608.825
Outros valores a receber	7.510	9.205
	<b>616.335</b>	<b>618.030</b>
<b>Passivos adquiridos a valor justo</b>		
Empréstimos e financiamentos	258.088	258.088
	<b>258.088</b>	<b>258.088</b>
<b>Ativos / (Passivos) líquidos adquiridos</b>	<b>358.247</b>	<b>359.942</b>
<b>Valor justo da contraprestação</b>	<b>358.247</b>	<b>359.942</b>

Em conformidade com o referido contrato de compra e venda, o *valuation*, que gerou o preço de negociação dos ativos líquidos, considerando que a transação ocorreu após 31 de dezembro de 2014, foi atualizado e seus reflexos foram registrados no exercício de 2015.

## NOTA 8 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - ATIVO

Os impostos e contribuições a recuperar estão demonstrados, considerando as eventuais perdas de realização e estão assim representados:

	Nota	30/09/2016	31/12/2015
Retenções na fonte (IR / CS)		161.037	165.072
PIS/PASEP/COFINS		6.201	3.244
ICMS		62	75
Outros		5.305	2.948
<b>Total circulante</b>		<b>172.605</b>	<b>171.339</b>
ICMS		37.368	18.372
Ativos/passivos fiscais diferidos líquidos	8.1	246.504	1.309.948
<b>Total não circulante</b>		<b>283.872</b>	<b>1.328.320</b>
<b>Total</b>		<b>456.477</b>	<b>1.499.659</b>

### 8.1. Tributos diferidos

Foram constituídos ativos e passivos fiscais diferidos (imposto de renda e contribuição social), conforme demonstrado a seguir:

	Nota	30/09/2016	31/12/2015
<b>Ativo fiscal diferido</b>			
Instrumentos financeiros derivativos		16.970	27.292
Efeitos atuariais		16.046	16.045
Outros ativos fiscais diferidos	8.1.1	1.485.296	1.486.303
		<b>1.518.312</b>	<b>1.529.640</b>
<b>Passivo fiscal diferido</b>			
Instrumentos financeiros derivativos		41.692	15.746
Ativo financeiro da transmissão		1.158.428	132.258
Efeitos atuariais		13.217	13.217
Compra vantajosa de ativos		58.471	58.471
		<b>1.271.808</b>	<b>219.692</b>
<b>Ativo (passivo) fiscal diferido líquido</b>		<b>246.504</b>	<b>1.309.948</b>

Tais efeitos contemplam a aplicação das alíquotas de 9% para contribuição social e 25% para imposto de renda. O cálculo da alíquota efetiva de impostos sobre o lucro do exercício está evidenciado na nota 28.

#### 8.1.1. Outros ativos fiscais diferidos

Em 2015, com base na revisão do referido estudo, foi possível estimar a realização dos créditos tributários disponíveis para compensação futura, obtendo o resultado conforme abaixo:

	30/09/2016	31/12/2015
<b>Ativos fiscais diferidos</b>		
Prejuízos Fiscais	376.702	432.803
Provisão p/ crédito de liq. duvidosa	142.437	160.504
Contingências	213.357	306.615
Outras provisões	246.700	52.976
Provisão de PLR	99	27.138
Risco GSF	112.835	112.835
<b>Total do IR diferido</b>	<b>1.092.130</b>	<b>1.092.871</b>
Bases de cálculo negativas	135.612	155.808
Provisão p/ crédito de liq. duvidosa	51.277	57.781
Contingências	76.809	110.382
Outras provisões	88.812	19.072
Provisão de PLR	35	9.768
Risco GSF	40.621	40.621
<b>Total do CS diferida</b>	<b>393.166</b>	<b>393.432</b>
<b>Total</b>	<b>1.485.296</b>	<b>1.486.303</b>

## NOTA 9 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Atualmente existem na Companhia dois contratos de derivativos embutidos.

Os saldos dos instrumentos financeiros derivativos embutidos são os seguintes:

Nota	30/09/2016			31/12/2015			
	Circulante	Não Circulante	TOTAL	Circulante	Não Circulante	TOTAL	
<b>Ativo</b>							
Energia Elétrica	9.1	66.029	56.594	122.623	21.307	25.004	46.311
		<b>66.029</b>	<b>56.594</b>	<b>122.623</b>	<b>21.307</b>	<b>25.004</b>	<b>46.311</b>
<b>Passivo</b>							
Debêntures	9.2	3	49.909	49.912	1.748	78.521	80.269
		<b>3</b>	<b>49.909</b>	<b>49.912</b>	<b>1.748</b>	<b>78.521</b>	<b>80.269</b>

### 9.1. Contratos de fornecimento de energia elétrica

A Companhia celebrou, no exercício de 2004, contratos de longo prazo para fornecimento de energia elétrica para dois de seus principais clientes: o Consórcio de Alumínio do Maranhão – Alumar, formado pelas empresas BHP Billiton, Alcoa e a Alumínio Brasileiro S.A. – Albrás. Parte da receita desses contratos de longo prazo está associada ao pagamento de um prêmio atrelado ao preço internacional do alumínio, cotado na London Metal Exchange (LME), como ativo básico para fins de definição dos valores mensais do prêmio.

O prêmio é considerado um derivativo embutido, pois a sua precificação deriva do preço do alumínio que é definido neste caso como o ativo básico, também conhecido como ativo subjacente.

O cálculo do prêmio desses contratos inclui o conceito de *cap and floor band*, relacionado ao preço do alumínio cotado na LME. O preço máximo e mínimo da LME está limitado a US\$ 2.773,21/ton e US\$ 1.450/ton, respectivamente.

Considerando que o prêmio está associado ao preço da commodity do alumínio da LME, é possível atribuir o fair value destes contratos. Em setembro de 2016, o valor da LME fechou cotado em US\$ 1.603,81/ton, o que representou uma variação positiva de 7,25% em relação ao valor verificado em dezembro de 2015, quando o preço da commodity alcançou US\$ 1.495,35/ton. Aliado a este fato houve apreciação do Real em

relação ao Dólar provocando uma variação negativa de 15,76% sobre a precificação do derivativo embutido. Entretanto, apesar da variação cambial negativa, a variação positiva do alumínio na LME assumiu um impacto superior na operação como um todo e conseqüentemente contribuiu para o aumento na expectativa do valor justo para os derivativos.

O ganho apurado na operação com derivativos embutidos em setembro de 2016 foi de R\$ 76.312 (2015 – perda de R\$ 124.573) e está apresentada no resultado financeiro (nota 27).

## 9.2. Contratos de debêntures

A Estação Transmissora de Energia S.A., antiga investida da Companhia, que foi incorporada em 31 de março de 2014, firmou contrato de emissão de debêntures em junho de 2011, e liberação de recursos a partir de 2013, junto ao Banco da Amazônia S.A. (BASA), a qual administra os recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), com a finalidade de captação de recursos para implementação do projeto de estação retificadora e aterramento da subestação coletora. O projeto se refere à implantação de estação retificadora com capacidade de 3.150 MW e aterramento da subestação coletora com valor orçado de R\$ 1.393.539.

Os detalhes do contrato de debêntures e as informações da dívida, atualizada até 30 de setembro de 2016, estão descritos na nota 18.

O contrato possui cláusula contratual referente à possibilidade da conversão destas debêntures em ações da Companhia, a critério da SUDAM, limitados a 50% das debêntures emitidas, de acordo com a avaliação da Companhia é possível atribuir um valor ao montante que seria atribuído a SUDAM em caso desta conversão, por esses motivos há a identificação de um derivativo embutido no contrato.

Para determinação do valor do derivativo foram utilizadas as seguintes métricas: cálculo do *valuation* da investida, apuração do valor da sua ação e o cálculo do valor presente do contrato.

O ganho apurado nesta operação com derivativos em setembro de 2016 é de R\$ 30.357 (2015 – ganho de R\$ 13.263), e é decorrente dos pagamentos do contrato principal, deduzidos dos juros reconhecidos no período o que reduz a obrigação ao longo do tempo. Além disso, o cenário macroeconômico fez com que as taxas indexadoras do contrato sofressem redução impactando positivamente o resultado apurado. O resultado dessa operação está registrado no resultado financeiro (nota 27).



## NOTA 10 – OUTROS ATIVOS

	Nota	30/09/2016	31/12/2015
<b>CIRCULANTE</b>			
Pesquisa e desenvolvimento - P&D		108.721	115.578
Empregados		1.274	33.296
Serviços prestados a terceiros		31.473	50.556
Despesas pagas antecipadamente		6.137	12.429
Dispêndios reembolsáveis		100.942	65.502
Financiamentos e empréstimos		-	98.109
Numerários Vinculados às Garantias e Convênios	10.1	22.856	22.352
Créditos renegociados - Boa Vista Energia S.A.		53.173	-
Outros		39.299	136.572
(-) Provisão p/créditos de liquidação duvidosa		(86.599)	(157.322)
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>277.276</b>	<b>377.072</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>			
Despesas pagas antecipadamente		16.355	16.355
Créditos renegociados - Boa Vista Energia S.A.		-	42.858
Numerários Vinculados às Garantias e Convênios	10.1	262.634	156.812
Outros		6.732	6.406
(-) Provisão p/créditos de liquidação duvidosa		(22.895)	(22.563)
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>262.826</b>	<b>199.868</b>
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>540.102</b>	<b>576.940</b>

### 10.1. Numerários Vinculados às Garantias e aos Convênios

	30/09/2016	31/12/2015
Numerários vinculados - Garantias e Convênios	22.856	22.352
<b>CIRCULANTE</b>	<b>22.856</b>	<b>22.352</b>
Numerários vinculados - Garantias e Convênios	-	17.169
Aplicações de numerários vinculados - Garantias e Convênios	262.634	139.642
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>262.634</b>	<b>156.811</b>
<b>TOTAL</b>	<b>285.490</b>	<b>179.163</b>

Os numerários vinculados às garantias e aos convênios são aqueles recursos que não podem ser utilizados imediatamente pela Companhia, pois são valores constantes em conta correntes e aplicações financeiras de garantias e convênios.

Os recursos provenientes dos convênios firmados com a Eletrobras, Ministério de Minas e Energia, Agência Nacional de Águas e outras entidades, estão aplicados em poupança no Banco da Amazônia S.A., no Banco do Nordeste do Brasil S.A., na Caixa Econômica Federal e no Banco do Brasil S.A.

## NOTA 11 – CRÉDITOS JUNTO À CERON

Em dezembro de 2015 foi firmado Instrumento de Reconhecimento e Parcelamento de Dívida e outras Avenças junto à CERON objetivando a regularização do débito em 120 parcelas, iguais e sucessivas, atualizadas pela taxa SELIC, tendo a primeira, vencimento em 30 de novembro de 2016, sendo a CERON a garantidora do pagamento. Neste instrumento foi considerada a atualização (Selic) dos créditos conforme estabelecido na Portaria Interministerial nº 652 – MME/MEF de 10 de dezembro de 2014.

Também em dezembro de 2015 a Administração da Companhia assinou junto à Eletrobras e à CERON o Instrumento de Cessão de Créditos para Dação em pagamento de Dividendos, o qual estabelece que os créditos a receber junto à CERON serão destinados ao pagamento parcial dos dividendos devidos à Eletrobras, observado o mesmo cronograma de recebimento dos créditos da CERON.

Até o encerramento das demonstrações financeiras intermediárias o crédito a receber junto à CERON possui a seguinte composição:

	Nota	Circulante	Não Circulante	Total
<b>Saldo em 31/12/2015</b>		<b>21.286</b>	<b>1.963.373</b>	<b>1.984.659</b>
Atualização monetária do período		70.477	136.624	<b>207.101</b>
Transferências		86.805	(86.805)	-
<b>Saldo total em 30/09/2016</b>		<b>178.568</b>	<b>2.013.192</b>	<b>2.191.760</b>
Parcela de dação em pagamento dividendos 2014	20	(129.224)	(1.280.491)	<b>(1.409.715)</b>
<b>Saldo líquido em 30/09/2016</b>		<b>49.344</b>	<b>732.701</b>	<b>782.045</b>

## NOTA 12 – REPACTUAÇÃO DO RISCO HIDROLÓGICO

A lei 13.203, de 08 de dezembro de 2015, instituiu a figura da repactuação do risco hidrológico que permite que as empresas constituam uma espécie de seguro contra eventuais reduções de garantias físicas a partir de 2016. A lei também permite que seja utilizado como pagamento do prêmio parte dos desembolsos realizados no exercício de 2015 (R\$ 312.414), relativos à redução da Garantia Física, e caso esse montante não seja absorvido dentro do período de carência para o produto escolhido, a geradora terá uma prorrogação do seu prazo de concessão.

A Companhia optou por aderir à repactuação em 12 de janeiro de 2016 para dois de seus contratos firmados no Ambiente de Contratação Regulado - ACR, um de 783 MW e duração até dezembro de 2016 e outro de 280 MW com duração até dezembro de 2019, totalizando 1.063MW o que representa cerca de 25% da Garantia Física da UHE Tucuruí para o ano de 2016. O produto escolhido foi o SP100 em que 100% do risco de GSF é transferido para o consumidor final. Como os contratos se encerrarão antes da completa compensação dos montantes gastos em 2015, a Companhia se beneficiará ainda da prorrogação da concessão da UHE Tucuruí de 50 dias, com a totalidade da sua Garantia Física. Os valores relativos a setembro de 2016 estão registrados conforme o quadro a seguir:

	30/09/2016			31/12/2015		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
<b>Montante a ser ressarcido (A+B)</b>	<b>74.793</b>	<b>237.621</b>	<b>312.414</b>	<b>74.793</b>	<b>237.621</b>	<b>312.414</b>
Extensão da Concessão (A)	-	178.518	<b>178.518</b>	-	178.518	<b>178.518</b>
Amortização da extensão	-	(15.449)	<b>(15.449)</b>	-	-	-
	-	<b>163.069</b>	<b>163.069</b>	-	<b>178.518</b>	<b>178.518</b>
Pagamento do Prêmio (B)	74.793	59.103	<b>133.896</b>	74.793	59.103	<b>133.896</b>
Amortização do Prêmio	(83.979)	-	<b>(83.979)</b>	(47.988)	-	<b>(47.988)</b>
Transferências	30.663	(30.663)	-	-	-	-
	<b>21.477</b>	<b>28.440</b>	<b>49.917</b>	<b>26.805</b>	<b>59.103</b>	<b>85.908</b>
<b>Saldo da Repactuação</b>	<b>21.477</b>	<b>191.509</b>	<b>212.986</b>	<b>26.805</b>	<b>237.621</b>	<b>264.426</b>

Como os efeitos da Repactuação foram retroativos a 1º de janeiro de 2015, a Companhia procedeu a amortização das parcelas compreendidas no período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015, no montante de R\$ 47.988. Até setembro de 2016, a amortização acumulada somou o montante de R\$ 83.979.

O valor da extensão da concessão foi registrado como direito de uso futuro no grupo de intangível (nota 15), enquanto o prêmio pago pela repactuação do Risco Hidrológico foi registrado como despesa antecipada de seguro.

## NOTA 13 – INVESTIMENTOS

### 13.1. Composição dos saldos

	30/09/2016	31/12/2015
<b>Participações societárias</b>		
Controladas	-	439.541
Controladas em conjunto	4.710.205	3.627.326
Coligadas	122.189	105.488
	<b>4.832.394</b>	<b>4.172.355</b>
<b>Bens e direitos para uso futuro</b>		
Terrenos	61.970	61.970
Edificações, obras civis e benfeitorias	5.146	5.146
Máquinas e equipamentos	96.480	96.479
(-) Provisão para redução ao valor recuperável	(91.027)	(91.027)
	<b>72.569</b>	<b>72.568</b>
<b>Total</b>	<b>4.904.963</b>	<b>4.244.923</b>

### 13.2. Movimentação das participações societárias permanentes:

	Saldo em 31/12/2015	Aumento de capital	Dividendos recebidos	Resultado de partic.societárias	Incorporação Linha Verde	Saldo em 30/09/2016
<b>Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial</b>						
<b>Participações societárias</b>						
<b>Controladas</b>						
Linha Verde Transmissora de Energia S.A	439.541	-	-	12.886	(452.427)	-
<b>Controladas em conjunto</b>						
Amazônia Eletronorte Transmissora de Energia S.A.	41.321	-	(9.553)	6.689	-	38.457
Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A.	195.529	284.934	-	(1.228)	-	479.235
Brasnorte Transmissora de Energia S.A.	120.873	-	(1.242)	8.745	-	128.376
Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A.	20.081	-	-	131	-	20.212
Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A.	33.270	-	-	(149)	-	33.121
Companhia Energética Sinop	89.526	10.379	-	(1.371)	-	98.534
Construtora Integração Ltda	49.461	-	(14.700)	(8.384)	-	26.377
Integração Transmissora de Energia S.A.	133.488	-	(4.758)	17.041	-	145.771
Manaus Construtora Ltda	25.802	-	-	(346)	-	25.456
Manaus Transmissora de Energia S.A.	376.923	-	-	43.654	-	420.577
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.	887.528	-	-	145.675	-	1.033.203
Norte Energia S.A.	1.388.063	644.355	-	(38.891)	-	1.993.527
Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A.	19.934	-	-	156	-	20.090
Transmissora Matogrossense de Energia S.A.	97.154	-	-	1.824	-	98.978
Transnorte Energia S.A.	148.373	-	-	(82)	-	148.291
<b>Coligadas</b>						
Energética Águas da Pedra S.A.	105.488	-	(3.680)	20.381	-	122.189
<b>Total</b>	<b>4.172.355</b>	<b>939.668</b>	<b>(33.933)</b>	<b>206.731</b>	<b>(452.427)</b>	<b>4.832.394</b>
<b>Passivo a descoberto</b>						
<b>Participações societárias</b>						
<b>Controladas em conjunto</b>						
Amapari Energia S.A.	(8.429)	-	-	(2.863)	-	(11.292)
	<b>(8.429)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(2.863)</b>	<b>-</b>	<b>(11.292)</b>
<b>TOTAL</b>	<b>4.163.926</b>	<b>939.668</b>	<b>(33.933)</b>	<b>203.868</b>	<b>(452.427)</b>	<b>4.821.102</b>

Conforme determinado no acordo de acionistas das investidas, os aumentos de capital são aprovados e efetuados por todos os seus investidores, na proporção de suas participações. Os saldos ora apresentados na coluna “Resultado de participações societárias” possuem reflexo em conta de resultado, com o mesmo título, na demonstração do resultado do exercício.

### 13.3. Resumo das informações financeiras das empresas investidas

#### a) Balanço patrimonial

	Dados financeiros em 31/08/2016								
	Participação (%)	Caixa e equivalente de caixa	Outros ativos circulantes	Ativo não circulante	Empréstimos e financiamentos (passivo circulante)	Outros passivos circulantes	Empréstimos e financiamentos (passivo não circulante)	Outros passivos não circulantes	Patrimônio líquido
<b>Geração</b>									
Amapari Energia S.A.	49,00	9.208	915	62	-	30.830	-	2.400	(23.045)
Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A.	24,50	32.511	7.243	214.142	7.183	51.864	104.461	6.851	83.537
Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A.	24,50	44.239	7.518	232.944	7.173	26.414	104.879	11.051	135.184
Companhia Energética Sinop S.A.*	24,50	113.640	4.298	1.255.440	-	32.799	501.516	286.421	552.642
Energética Águas da Pedra S.A.	24,50	74.499	55.421	772.521	34.993	68.103	318.414	12.969	467.962
Norte Energia S.A.	19,98	54.628	485.652	35.288.285	335.493	948.680	24.536.225	391.427	9.616.740
Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A.	24,50	26.938	5.960	211.570	7.553	42.724	110.092	2.098	82.001
<b>Transmissão</b>									
AETE-Amazônia Eletronorte Transmissora de Energia S.A.	49,00	7.924	9.785	73.743	3.239	2.347	7.394	-	78.472
Belo Monte Transmissora de Energia S.A.	24,50	141.952	9.488	3.060.657	1.160.929	436.663	-	46.599	1.567.906
Brasnorte Transmissora de Energia S.A.	49,71	3.443	26.882	292.219	-	12.055	-	59.632	250.857
Construtora Integração Ltda	49,00	94	69.478	139	-	15.667	-	212	53.832
INTESA-Integração Transmissora de Energia S.A.	37,00	25.263	124.788	471.731	31.490	10.344	98.164	87.806	393.978
Linha Verde Transmissora de Energia S.A.	100,00	4.771	75.256	708.990	113.042	12.637	190.454	20.458	452.426
Manaus Construtora Ltda	30,00	5	91.207	-	-	6.360	23.769	23.298	37.785
Manaus Transmissora de Energia S.A.	30,00	37.947	169.802	2.656.920	71.897	184.872	759.401	446.581	1.401.918
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.	49,00	45.093	301.777	3.730.931	83.307	189.601	1.152.701	543.612	2.108.580
TME-Transmissora Matogrossense de Energia S.A.	49,00	13.067	59.256	306.417	13.273	18.622	125.615	29.073	192.157
TNE-Transnorte Energia S.A.*	49,00	6.269	11.516	290.315	-	2.189	-	3.276	302.635

(\* ) Para estas investidas foram utilizadas as informações financeiras em 30 de setembro de 2016.

#### b) Resultado do período

	Dados financeiros em 31/08/2016										
	Participação (%)	Receita operacional líquida	Custo de operação	Lucro bruto	Despesas operacionais	Receita financeira	Despesa financeira	Lucro antes do imposto de renda	Impostos sobre o lucro	Lucro (prejuízo) líquido	Depreciação e amortização
<b>Geração</b>											
Amapari Energia S.A.	49,00	-	(1.615)	(1.615)	(1.876)	917	(1.971)	(4.545)	-	(4.545)	-
Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A.	49,00	26.439	(19.122)	7.317	(1.626)	2.935	(7.785)	841	-	841	(6.773)
Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A.	24,50	27.702	(21.576)	6.126	(1.401)	3.839	(7.734)	830	-	830	(7.344)
Companhia Energética Sinop S.A.*	24,50	-	-	-	(8.011)	1.565	(549)	(6.995)	2.370	(4.625)	(267)
Energética Águas da Pedra S.A.	24,50	144.074	(51.437)	92.637	(1.701)	7.848	(31.025)	67.759	(10.329)	57.430	(13.277)
Norte Energia S.A.	19,98	250.342	(259.062)	(8.720)	-	58.852	(65.464)	(15.332)	20.069	4.737	(21.911)
Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A.	24,50	26.834	(18.444)	8.390	(1.454)	2.358	(7.959)	1.335	-	1.335	(6.696)
<b>Transmissão</b>											
AETE-Amazônia Eletronorte Transmissora Energia S.A.	49,00	20.538	(2.476)	18.062	(1.806)	774	(249)	16.781	(1.155)	15.626	(58)
Belo Monte Transmissora de Energia S.A.	24,50	-	(5.579)	(5.579)	-	123.326	(89.100)	28.647	(34.949)	(6.302)	(104)
Brasnorte Transmissora de Energia S.A.	49,71	26.801	(5.434)	21.367	-	604	(541)	21.430	(5.842)	15.588	-
Construtora Integração Ltda	49,00	(1)	(3.027)	(3.028)	(710)	59	(749)	(4.428)	-	(4.428)	(1)
INTESA-Integração Transmissora de Energia S.A.	37,00	63.683	(13.340)	50.343	(348)	3.112	(9.337)	43.770	(9.346)	34.424	(10)
Linha Verde Transmissora de Energia S.A.*	100,00	36.155	(3.856)	32.299	(3.096)	1.219	(17.537)	12.885	-	12.885	(9)
Manaus Construtora Ltda	30,00	-	(15)	(15)	(2)	-	(151)	(168)	-	(168)	-
Manaus Transmissora de Energia S.A.	30,00	217.444	(12.174)	205.270	9.036	5.730	(51.929)	168.107	(1.229)	166.878	-
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.	49,00	392.691	(29.275)	363.416	1.589	7.287	(92.042)	280.250	(1.311)	278.939	(113.432)
TME-Transmissora Matogrossense de Energia S.A.	49,00	36.795	(9.420)	27.375	(185)	1.922	(9.110)	20.002	(4.324)	15.678	-
TNE-Transnorte Energia S.A.*	49,00	6.097	(663)	5.434	(4.347)	6	(46)	1.047	(1.214)	(167)	-

(\* ) Para estas investidas foram utilizadas as informações financeiras em 30 de setembro de 2016

### 13.4. Incorporação da SPE Linha Verde Transmissora de Energia S.A.

Em 26 de agosto de 2016 foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a incorporação da Linha Verde Transmissora de Energia S.A. (LVTE), sociedade de propósito específico controlada da Companhia.

A incorporação teve como objetivo simplificar a estrutura legal e reduzir os custos administrativos, operacionais e fiscais, bem como, maximizar sua eficiência. Como resultado desta incorporação, a LVTE foi extinta de pleno direito e a Companhia tornou-se sua sucessora. A incorporação de seu acervo líquido ocorreu no período findo em 31 de agosto de 2016. A posição da Companhia em 30 de setembro de 2016 está demonstrada abaixo:

ATIVO	Eletronorte	LVTE	Eliminações	Controladora	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Eletronorte	LVTE	Eliminações	Controladora
	30/09/2016	31/08/2016	30/09/2016	30/09/2016		30/09/2016	31/08/2016	30/09/2016	30/09/2016
<b>CIRCULANTE</b>					<b>CIRCULANTE</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	11.333	4.770	-	16.103	Fornecedores	528.832	6.915	-	535.747
Títulos e valores mobiliários	425.254	-	-	425.254	Financiamentos e empréstimos	697.202	113.042	(103.019)	707.225
Clientes	1.066.389	6.128	-	1.072.517	Debêntures	14.554	-	-	14.554
Ativo financeiro-concessão de serviço público	553.224	63.764	-	616.988	Impostos e contribuições sociais	313.332	5.698	-	319.030
Impostos e contribuições sociais	162.991	5.328	4.286	172.605	Remuneração aos acionistas	89.768	-	-	89.768
Almozarifado	111.656	-	-	111.656	Folha de pagamento e obrigações estimadas	347.691	-	-	347.691
Instrumentos financeiros derivativos	66.029	-	-	66.029	Encargos setoriais	314.205	-	-	314.205
Créditos junto à Ceron	178.568	-	-	178.568	Instrumentos financeiros derivativos	3	-	-	3
Repactuação do Risco Hidrológico	21.477	-	-	21.477	Adiantamentos de clientes	95.059	-	-	95.059
Outros ativos	384.545	36	(107.305)	277.276	Obrigações com a Controladora	219.031	-	-	219.031
	<b>2.981.466</b>	<b>80.026</b>	<b>(103.019)</b>	<b>2.958.473</b>	Provisões operacionais	451.340	-	-	451.340
					Obrigações pela aquisição de ativos e participação	106.188	-	-	106.188
					Convênios	80.992	-	-	80.992
					Contratos onerosos	9.073	-	-	9.073
					Outros passivos	287.625	24	-	287.649
						<b>3.554.895</b>	<b>125.679</b>	<b>(103.019)</b>	<b>3.577.555</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>					Fornecedores	227.918	-	-	227.918
Títulos e valores mobiliários	257	-	-	257	Financiamentos e empréstimos	4.109.990	190.453	-	4.300.443
Clientes	247.663	-	-	247.663	Debêntures	192.150	-	-	192.150
Ativo financeiro-concessão de serviço público	8.378.745	700.221	-	9.078.966	Obrigações estimadas	9.331	-	-	9.331
Impostos e contribuições sociais	283.872	-	-	283.872	Provisões para riscos	799.286	20.458	-	819.744
Instrumentos financeiros derivativos	56.594	-	-	56.594	Instrumentos financeiros derivativos	49.909	-	-	49.909
Cauções e depósitos vinculados	449.733	8.572	-	458.305	Adiantamentos de clientes	607.957	-	-	607.957
Adiantamentos para futuro aumento de capital	142.280	-	-	142.280	Benefícios pós-emprego	25.591	-	-	25.591
Créditos junto à Ceron	2.013.192	-	-	2.013.192	Obrigações com a Controladora	1.484.599	-	-	1.484.599
Repactuação do Risco Hidrológico	28.440	-	-	28.440	Contratos onerosos	239.382	-	-	239.382
Outros ativos	262.630	196	-	262.826	Outros passivos	668.009	-	-	668.009
	<b>11.863.406</b>	<b>708.989</b>	<b>-</b>	<b>12.572.395</b>		<b>8.414.122</b>	<b>210.911</b>	<b>-</b>	<b>8.625.033</b>
					<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>11.969.017</b>	<b>336.590</b>	<b>(103.019)</b>	<b>12.202.588</b>
<b>INVESTIMENTOS</b>	5.357.388	-	(452.425)	4.904.963	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>				
<b>IMOBILIZADO</b>	6.799.421	-	-	6.799.421	Capital social	11.576.263	612.302	(612.302)	11.576.263
<b>INTANGÍVEL</b>	332.272	-	-	332.272	Reservas de lucros	354.075	-	-	354.075
	<b>12.489.081</b>	<b>-</b>	<b>(452.425)</b>	<b>12.036.656</b>	Outros resultados abrangentes	(26.146)	-	-	(26.146)
					Resultado do período	3.460.744	-	-	3.460.744
					Prejuízo acumulado	-	(159.877)	159.877	-
						<b>15.364.936</b>	<b>452.425</b>	<b>(452.425)</b>	<b>15.364.936</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>27.333.953</b>	<b>789.015</b>	<b>(555.444)</b>	<b>27.567.524</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>27.333.953</b>	<b>789.015</b>	<b>(555.444)</b>	<b>27.567.524</b>

Durante o exercício de 2016, até a data da incorporação, a Companhia apurou ganho com equivalência patrimonial, no montante de R\$ 12.886 (2015 – R\$ 11.711).

### 13.5. Aquisição de participação acionária – Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.

A Diretoria Executiva aprovou, no dia 1º de julho de 2014, a aquisição da participação acionária da Eletrosul Centrais Elétricas S.A. na Sociedade de Propósito Específico (SPE) Norte Brasil Transmissora de Energia S.A., envolvendo a aquisição pela Companhia de 24,5% de participação neste investimento.

O referido contrato de Compra e Venda de Ações estabeleceu, ainda, o compromisso de venda, pela Eletrosul Centrais Elétricas S.A., e o compromisso de compra pela Companhia, de 24,5% do capital social da Norte Brasil Transmissora de Energia S.A. pelo valor de R\$ 147.615, já deduzidos das antecipações efetuadas no montante de R\$ 112.098, corrigido monetariamente a partir de julho de 2014 até a data do seu pagamento, mediante aplicação do índice SELIC, para quitação em 03 parcelas, com vencimentos em 2015, 2016 e 2017.

À luz das normas contábeis vigentes, a Administração concluiu que na data de 21 de maio de 2015, a Companhia passou a deter direitos substantivos sobre a participação acionária adquirida da Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.

A avaliação que determinou o montante a ser pago, apresentado no laudo datado de 30 de outubro de 2014, apontou valor justo de contraprestação inferior ao valor da ação da empresa. O ganho gerado (compra vantajosa) nesta operação foi de R\$ 158.112, após a atualização do *valuation*, registrado no resultado de 2015 da Companhia. No entanto, os testes para fins de identificação de *impairment* não indicaram para nenhuma perda no investimento da adquirida.

Em conformidade ao referido contrato de compra e venda, o *valuation*, o qual gerou o preço de negociação dos ativos líquidos, foi recalculado, considerando que a transação ocorreu após 31 de dezembro de 2014, até a data base de 20 de junho de 2015, data da transferências das ações.

No terceiro ITR de 2016 a Companhia finalizou a *purchase price allocation* – PPA concluindo que o valor patrimonial da NBTE reflete adequadamente o valor justo da aquisição societária e não houve identificação de outros ativos intangíveis ao negócio.

## NOTA 14 – IMOBILIZADO

A movimentação dos bens que compõem o ativo imobilizado da Companhia estão demonstradas abaixo:

	Saldo em 31/12/2015	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências / Incorporação	Saldo em 30/09/2016	% (*)
<b>Geração e comercialização</b>							
Em serviço	17.370.652	-	(15.790)	-	(61.966)	17.292.896	
Depreciação acumulada	(9.970.208)	-	15.767	(307.710)	(13.954)	(10.276.105)	2,42
Em curso	141.163	20.430	(11.731)	-	(7.301)	142.561	
Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão	(166.151)	(1.830)	-	-	-	(167.981)	
Depreciação Acumulada (Obrigações Especiais)	28.011	2.093	-	-	-	30.104	
<b>Total Geração e comercialização</b>	<b>7.403.467</b>	<b>20.693</b>	<b>(11.754)</b>	<b>(307.710)</b>	<b>(83.221)</b>	<b>7.021.475</b>	
<b>Administração Central</b>							
Em serviço	246.852	352	-	-	-	247.204	
Depreciação acumulada	(148.538)	-	-	(27.688)	-	(176.226)	11,00
Em curso	266.255	17.079	(1.803)	-	1.107	282.638	
Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão	(403)	(604)	-	-	-	(1.007)	
Depreciação Acumulada (Obrigações Especiais)	140	123	-	-	-	263	3,00
<b>Total Administração</b>	<b>364.306</b>	<b>16.950</b>	<b>(1.803)</b>	<b>(27.688)</b>	<b>1.107</b>	<b>352.872</b>	
<b>Imobilizado não vinculado à concessão - Terrenos</b>							
Em serviço (LVTE)	-	-	-	-	1.900	1.900	
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.900</b>	<b>1.900</b>	
<b>Indenização da UHE Coaracy Nunes</b>	<b>(35.492)</b>	-	-	-	-	<b>(35.492)</b>	
<b>Perda sobre indenização Coaracy Nunes</b>	<b>(77.553)</b>	-	-	-	-	<b>(77.553)</b>	
<b>Provisão para redução ao valor recuperável</b>	<b>(484.812)</b>	-	-	21.031	-	<b>(463.781)</b>	
<b>Total</b>	<b>7.169.916</b>	<b>37.643</b>	<b>(13.557)</b>	<b>(314.367)</b>	<b>(80.214)</b>	<b>6.799.421</b>	

(\*) Média anual de depreciação.

A Companhia possui registrado em seu Ativo Imobilizado o valor contábil bruto de R\$ 889.51 (2015 – R\$ 705.211) referente aos ativos totalmente depreciados ainda em operação.



## NOTA 15 – INTANGÍVEL

	Saldo em 31/12/2015	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 30/09/2016
<b>Vinculados à Concessão - Geração</b>					
<b>Em serviço</b>					
Custo	178.946	-	-	80.469	259.415
Amortização	(149)	(15.611)	-	311	(15.449)
	<b>178.797</b>	<b>(15.611)</b>	-	<b>80.780</b>	<b>243.966</b>
<b>Vinculados à Concessão - Transmissão</b>					
<b>Em serviço</b>					
Custo	3.165	-	-	(2.250)	915
Amortização	(2.260)	(971)	-	1.987	(1.244)
	<b>905</b>	<b>(971)</b>	-	<b>(263)</b>	<b>(329)</b>
<b>Outros</b>					
Ágio direito de exploração	87.460	-	-	-	87.460
Amortização	(3.507)	(2.633)	-	-	(6.140)
	<b>83.953</b>	<b>(2.633)</b>	-	-	<b>81.320</b>
<b>Não Vinculados à Concessão</b>					
<b>Em serviço</b>					
Custo	58.970	1.108	-	2.047	62.125
Amortização	(48.545)	(3.915)	-	(2.350)	(54.810)
	<b>10.425</b>	<b>(2.807)</b>	-	<b>(303)</b>	<b>7.315</b>
<b>Total</b>	<b>274.080</b>	<b>(22.022)</b>	-	<b>80.214</b>	<b>332.272</b>

A Companhia registrou, em 2015, um ativo intangível no montante de R\$ 178.518, referente à Repactuação do Risco Hidrológico, que corresponde à extensão do prazo de concessão de contrato de energia ACR conforme descrito na nota 12. Esse valor será amortizado de acordo com o contrato ao qual o originou.

Os valores referentes à aquisição e implantação e/ou direito de uso de softwares possuem taxa média anual de amortização de 20% (Resolução Normativa nº 674, de 11 de agosto de 2015).

As despesas correspondentes à amortização dos bens do intangível estão registradas em contrapartida a esta conta, no resultado do exercício, no grupo de “Custos e despesas operacionais” (nota 26).

A Companhia avalia, em bases anuais, eventuais mudanças no ambiente econômico e/ou financeiro que indiquem a não recuperação do valor contábil dos ativos intangíveis. Não foram identificados ajustes de redução ao valor recuperável destes ativos.

### 15.1. Alocação do ágio

Em 2015, após a apuração do valor do ágio sobre a aquisição de participação societária na Linha Verde Transmissora de Energia S.A., a Companhia identificou que o valor de R\$ 87.460, é atribuível ao direito de exploração da concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica nos termos do contrato nº 021/2009 que tem duração de 30 anos a partir da data de assinatura, e será amortizado durante o prazo do contrato de concessão.

No exercício foi reconhecido o montante de R\$ 2.633, (2015 - R\$ 3.507), referente à amortização do ágio ora reconhecido.



## NOTA 16 – FORNECEDORES

	Nota	30/09/2016	31/12/2015
Encargos de uso da rede elétrica	16.1	51.886	47.445
Fornecedores de energia elétrica	16.2	244.840	232.486
Fornecedores de materiais e serviços	16.3	238.033	186.412
Fornecedores de combustíveis	16.4	988	118.189
<b>Total circulante</b>		<b>535.747</b>	<b>584.532</b>
Fornecedores de energia elétrica	16.2	227.918	332.556
<b>Total não circulante</b>		<b>227.918</b>	<b>332.556</b>
<b>Total</b>		<b>763.665</b>	<b>917.088</b>

### 16.1. Encargos de uso da rede elétrica

Refere-se a obrigações perante Concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica, em função do encargo pelo transporte da potência de energia elétrica e dos valores a ele relacionados, conforme avisos de débitos emitidos pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

### 16.2. Fornecedores de energia elétrica

Refere-se a obrigações decorrentes da compra de energia elétrica no âmbito da CCEE, da importação de energia elétrica da Venezuela para a revenda à Boa Vista Energia S.A, e, também, da energia comprada com compromisso de pagamento de longo prazo.

Em setembro de 2014, a Companhia realizou um leilão de compra e venda de energia no mercado de curto prazo para aquisição de 200 MW médios até dezembro de 2014. Foram registradas naquele exercício despesas no valor de R\$ 486.062, acrescido de juros, referente ao valor principal do contrato firmado junto a BTG Pactual Comercializadora de Energia Ltda., para pagamento a partir do exercício de 2016.

Em 2016, foram quitados R\$ 150.788 referente à entrega de energia para a BTG Comercializadora de Energia S.A.

### 16.3. Fornecedores de materiais e serviços

Refere-se a obrigações perante fornecedores, relacionadas à aquisição de materiais e prestação de serviços.

### 16.4. Fornecedores de combustíveis

Refere-se a obrigações perante fornecedores, relacionadas à aquisição de combustíveis para geração de energia no sistema isolado.

A redução observada na conta de combustíveis se deve a interligação do Amapá ao Sistema Interligado Nacional – SIN, em agosto de 2015.

## NOTA 17 – FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

As principais informações a respeito dos financiamentos e empréstimos em moedas estrangeiras e moeda nacional são as seguintes:

### 17.1. Resumo da dívida de financiamentos e empréstimos

	30/09/2016				31/12/2015			
	Encargos	Principal□	Circulante	Não circulante	Encargos	Principal□	Circulante	Não circulante
<b>Moeda estrangeira</b>								
Eletrobras	20.568	59.968	80.536	479.737	12.784	68.681	81.465	583.788
Instituições financeiras	-	2	2	-	-	4	4	-
<b>Total Moeda estrangeira</b>	<b>20.568</b>	<b>59.970</b>	<b>80.538</b>	<b>479.737</b>	<b>12.784</b>	<b>68.685</b>	<b>81.469</b>	<b>583.788</b>
<b>Moeda nacional</b>								
Eletrobras		300.599	300.599	1.775.784	-	284.644	284.644	2.036.171
Instituições financeiras	26.163	299.925	326.088	2.044.922	17.077	218.267	235.344	1.570.740
<b>Total Moeda nacional</b>	<b>26.163</b>	<b>600.524</b>	<b>626.687</b>	<b>3.820.706</b>	<b>17.077</b>	<b>502.911</b>	<b>519.988</b>	<b>3.606.911</b>
<b>Total</b>	<b>46.731</b>	<b>660.494</b>	<b>707.225</b>	<b>4.300.443</b>	<b>29.861</b>	<b>571.596</b>	<b>601.457</b>	<b>4.190.699</b>

Sobre os financiamentos e empréstimos incidem atualização monetária, encargos e taxas de 3,5% a 11,65% a.a., para o mercado interno; e variação cambial, encargos, imposto de renda e taxas de 2,48% a 8% a.a., para o mercado externo.

### 17.2. Vencimento das parcelas do passivo não circulante

ANO	30/09/2016		31/12/2015	
2017	166.672		571.596	
2018	572.217		471.450	
2019	439.748		416.035	
2020	413.310		390.613	
2021	412.774		403.555	
2022	402.334		1.937.450	
Após 2022	1.893.388		-	
<b>Total</b>	<b>4.300.443</b>		<b>4.190.699</b>	

### 17.3. Movimentações dos financiamentos e empréstimos

Os encargos de dívida e as variações monetárias sobre os financiamentos e empréstimos estão reconhecidos no resultado financeiro (nota 27).

	MOEDA NACIONAL				MOEDA ESTRANGEIRA			
	Circulante		Não Circulante		Circulante		Não Circulante	
	Encargos	Principal	Total	Principal	Encargos	Principal	Total	Principal
<b>Saldo em 31/12/2014</b>	<b>5.332</b>	<b>449.285</b>	<b>454.617</b>	<b>3.367.505</b>	<b>9.113</b>	<b>60.874</b>	<b>69.987</b>	<b>444.741</b>
Aquisição PVTE	-	19.478	19.478	236.056	-	-	-	-
Captação/Devolução	-	529	529	522.668	-	-	-	-
Provisão de encargos	286.510	-	286.510	-	47.876	-	47.876	-
Varição monetária e cambial	-	10.255	10.255	159.472	7.617	24.075	31.692	201.912
Transferências	-	678.790	678.790	(678.790)	-	62.865	62.865	(62.865)
Amortizações / pagamentos	(274.765)	(655.426)	(930.191)	-	(51.822)	(79.129)	(130.951)	-
<b>Saldo em 31/12/2015</b>	<b>17.077</b>	<b>502.911</b>	<b>519.988</b>	<b>3.606.911</b>	<b>12.784</b>	<b>68.685</b>	<b>81.469</b>	<b>583.788</b>
Incorporação LVTE	-	10.023	10.023	190.453	-	-	-	-
Captação/Devolução	(11.876)	668	(11.208)	538.782	-	-	-	-
Provisão de encargos	247.359	-	247.359	-	34.724	-	34.724	-
Varição monetária e cambial	-	14.409	14.409	84.599	(2.628)	(8.714)	(11.342)	(71.944)
Transferências	-	600.039	600.039	(600.039)	-	32.107	32.107	(32.107)
Amortizações / pagamentos	(226.397)	(527.526)	(753.923)	-	(24.312)	(32.108)	(56.420)	-
<b>Saldo em 30/09/2016</b>	<b>26.163</b>	<b>600.524</b>	<b>626.687</b>	<b>3.820.706</b>	<b>20.568</b>	<b>59.970</b>	<b>80.538</b>	<b>479.737</b>

#### 17.4. Composição do saldo da dívida, por indexador e moeda

	30/09/2016	31/12/2015
<b>Indexador</b>		
TJLP	1.590.487	1.228.691
IPCA	1.770.217	1.856.353
SELIC	4.232	72.874
Outros	1.082.457	968.980
<b>Moeda</b>		
US\$	394.640	490.367
Euro	2	5
Yen	165.633	174.886
<b>Total</b>	<b>5.007.668</b>	<b>4.792.156</b>
Principal	4.960.937	4.762.294
Encargos	46.731	29.862
<b>Total</b>	<b>5.007.668</b>	<b>4.792.156</b>

A exposição da Companhia ao risco de liquidez e juros está divulgada na nota 31.3.

#### 17.5. Mútuo entre Eletronorte e State Grid Brazil Holding

A Companhia celebrou, em 16 de dezembro de 2014, instrumento particular de mútuo com a empresa State Grid Brazil Holding, cujo objeto é a concessão de recursos à Eletronorte na importância total de até R\$ 294.700, a ser realizada em parcelas, mediante solicitações. Até 30 de setembro de 2016, a State Grid havia aportado recursos na Companhia, conforme composição abaixo:

	Circulante	Não Circulante	Total
<b>Saldo em 31/12/2015</b>	<b>-</b>	<b>135.828</b>	<b>135.828</b>
Aportes / Captação	-	97.937	<b>97.937</b>
Atualização monetária do período	4.408	43.652	<b>48.060</b>
<b>Saldo total em 30/09/2016</b>	<b>4.408</b>	<b>277.417</b>	<b>281.825</b>

## 17.6. Cláusulas Contratuais Restritivas - “Covenants”

A Companhia possui contratos de Financiamentos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e outras instituições, com Cláusulas Restritivas (“Covenants”) atreladas a condições operacionais. As medições são anuais e a Companhia vem cumprindo as condições.

## NOTA 18 – DEBÊNTURES

Em 20 de janeiro de 2012, a SPE Estação Transmissora de Energia S.A., investida da Companhia já incorporada, em Assembleia de acionistas aprovou a emissão de Debêntures, para subscrição particular, de 221.789.000 (duzentos e vinte e um milhões, setecentos e oitenta e nove mil) debêntures de primeira emissão da SPE, com garantia real e fidejussória por fiança, em quatro séries, todas elas conversíveis em ações da SPE, com ou sem direito a voto, nos termos da Escritura Pública da Primeira Emissão Privada de Debêntures Conversíveis.

### 18.1. Resumo da dívida das debêntures

			30/09/2016			31/12/2015		
Financeira	Atualização	Vencimento	Principal	(-) Custos	Montante da dívida	Principal	(-) Custos	Montante da dívida
BASA/FDA	TJLP + 1,65% a.a	10/07/2031	208.850	(2.146)	206.704	221.949	(2.146)	219.803
<b>Circulante</b>					<b>14.554</b>	<b>14.555</b>		
<b>Não circulante</b>					<b>192.150</b>	<b>205.248</b>		

### 18.2. Movimentação das debêntures

	Circulante	Não Circulante
<b>Saldo em 31/12/2015</b>	<b>14.555</b>	<b>205.248</b>
Devolução/Refinanciamento	(10.696)	10.696
Provisão de encargos	12.928	-
Ingressos/Devolução	-	(17.168)
Transferências	6.626	(6.626)
Amortizações / pagamentos	(8.859)	-
<b>Saldo em 30/09/2016</b>	<b>14.554</b>	<b>192.150</b>

## NOTA 19 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - PASSIVO

	30/09/2016	31/12/2015
Impostos retidos na fonte	18.037	23.668
PIS/PASEP/COFINS	144.014	67.815
ICMS	(129)	1.476
Contribuições previdenciárias	1.604	3.237
IRPJ / CSLL	153.378	239.289
ISS	746	4.092
Outros	1.380	115
<b>TOTAL CIRCULANTE</b>	<b>319.030</b>	<b>339.692</b>

## NOTA 20 – OBRIGAÇÕES COM A CONTROLADORA

### 20.1. Obrigações com a controladora

Em 29 de abril de 2015, em reunião da Assembleia Geral Ordinária (AGO), os acionistas rejeitaram a proposta de destinação do resultado do exercício social de 2014, no que se refere à retenção de parcela do lucro, no montante de R\$ 913.554, e votaram pela distribuição, na forma de dividendos, de 100% do lucro ajustado nos termos da Lei 6.404/76, no montante de R\$ 1.827.108. Os reflexos contábeis dessa decisão foram registrados na data da reunião. Assim, o pagamento dos dividendos foi estruturado da seguinte forma (valores referenciados a 31 de maio de 2015):

- a) 25% em dinheiro, no montante de R\$ 478.816 em 31 de outubro de 2015;
- b) 75% em créditos, em 30 de dezembro de 2015, sendo:
  - R\$ 253.851 da Eletrobras Distribuição Roraima S.A.; e
  - R\$ 1.182.597 da Ceron - Termonorte II.

Os acionistas em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), realizada em 26 de junho de 2015, deliberaram que os dividendos relativos ao exercício social de 2014, no valor atualizado de R\$ 1.915.264, a preço de 31 de maio de 2015, seriam pagos até 31 de outubro de 2015, sendo 25% em dinheiro e 75% com a transferência à Eletrobras de créditos da Eletronorte, corrigidos pela taxa Selic até a data do pagamento.

Durante o exercício de 2015 houve o pagamento do montante referente à parcela de 25% no valor atualizado de R\$ 511.853. Conforme outra deliberação da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 30 de outubro de 2015, o saldo restante seria pago à Eletrobras na forma de cessão de créditos, e poderiam ser constituídos bilateralmente até 31 de dezembro de 2015, mantidas as demais condições da AGE de 26 de junho de 2015.

As referidas cessões de créditos, dadas em pagamento, foram efetuadas mediante assinatura dos dois Termos de Cessão de Direitos, com a anuência dos respectivos devedores, contendo, dentre as diversas condições inerentes ao assunto, à previsão da responsabilidade da Eletronorte pelo pagamento em caso da inadimplência dos devedores.

Até a liquidação total dos créditos cedidos, a Companhia ficará coobrigada sobre as contraprestações dos valores a Eletrobras em espécie ou em outros créditos. Os respectivos saldos serão atualizados até a data do pagamento conforme deliberação da assembleia.

O quadro abaixo demonstra o saldo devido atualizado bem como as parcelas de créditos a receber que foram cedidos para quitação do saldo devedor:

	Circulante	Não Circulante	Total
<b>Saldo em 31/12/2015</b>	<b>36.080</b>	<b>1.507.384</b>	<b>1.543.464</b>
Atualização monetária do período	123.879	36.287	<b>160.166</b>
Transferências	59.072	(59.072)	-
<b>Saldo total em 30/09/2016</b>	<b>219.031</b>	<b>1.484.599</b>	<b>1.703.630</b>
Parcela de dação em pagamento dividendos CERON	(129.224)	(1.280.491)	<b>(1.409.715)</b>
Parcela de dação em pagamento dividendos BOVESA	(89.807)	(204.108)	<b>(293.915)</b>
<b>Saldo líquido em 30/09/2016</b>	-	-	-

## 20.2. Remuneração aos acionistas

Em 29 de abril de 2016, em reunião da Assembleia Geral Ordinária (AGO), os acionistas rejeitaram a proposta de destinação do resultado do exercício social de 2015, no que se refere à retenção de parcela do lucro, no montante de R\$ 30.209, e votaram pela distribuição, na forma de dividendos, de 100% do lucro ajustado nos termos da Lei 6.404/76, no montante de R\$ 40.279. O saldo a pagar aos acionistas em setembro de 2015, incluída a atualização monetária monta R\$ 89.768. Em 31 de dezembro de 2015 – R\$ 10.884.

## NOTA 21 – PROVISÕES

### 21.1. Provisão operacional

O MRE (Mecanismo de Realocação de Energia) é um sistema criado para compartilhamento de riscos hidrológicos. O MRE realoca energia entre todas as usinas hidrelétricas sujeitas ao modelo de despacho centralizado, transferindo o excedente das usinas que geraram além de suas garantias físicas para as que geraram abaixo.

Durante os anos de 2014 e 2015, o país enfrentou uma crise hidrológica que afetou a produção de energia elétrica. Em consequência disso a CCEE reduziu o nível da Garantia Física das Usinas, o que as levou a incorrer em perdas financeiras pela exposição da parcela reduzida de energia em relação aos seus contratos de fornecimento, os quais ainda tinham que cumprir. Diante deste cenário algumas empresas ingressaram com ações judiciais solicitando, entre outros aspectos, a não redução de sua garantia física, este fato gerou uma grande instabilidade no sistema devido a CCEE ter rateado as diferenças advindas dos efeitos das liminares para os demais agentes participantes da câmara. Dado este cenário grande parte das empresas afetadas, nas quais a Companhia se enquadra, ajuizaram outras ações questionando o rateio imputado unilateralmente pela CCEE que se somava a quantia de R\$ 451.340.

Subsequentemente a Companhia obteve uma liminar garantindo a sua proteção bem como o ressarcimento dos valores descontados.

Como a Companhia aderiu à Repactuação do Risco Hidrológico, a liminar que sustentava sua proteção perdeu os efeitos suspensivos, imputando um risco provável de futura cobrança, por parte da Câmara de Comercialização, dos valores ora reembolsados, sendo assim, o mesmo valor foi provisionado mediante apuração das faturas cobradas no período.

### 21.2. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos decorrentes do curso normal de suas operações, que incluem processos de natureza tributária, cível e trabalhista.

#### 21.2.1. Provisões relativas a processos - perda provável

Os saldos e a movimentação das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas classificadas como perda provável são apresentados abaixo.

As contrapartidas das provisões e reversões estão registradas no grupo de despesas (nota 26.2).

**CONTROLADORA**

	31/12/2015	Provisões	Reversões	Pagamentos/ Baixas	Transferência	Incorporação LVTE	30/09/2016
Trabalhistas	128.333	82.349	(23.480)	(51.839)	-	14.517	149.880
Tributárias	324.201	13.022	(1.774)	-	(319.529)	-	15.920
Cíveis	396.671	22.809	(28.067)	(35.126)	-	5.942	362.229
Outras	377.257	61.680	(150.309)	3.087	-	-	291.715
<b>Total</b>	<b>1.226.462</b>	<b>179.860</b>	<b>(203.630)</b>	<b>(83.878)</b>	<b>(319.529)</b>	<b>20.459</b>	<b>819.744</b>

**CONSOLIDADO**

	31/12/2015	Provisões	Reversões	Pagamentos/ Baixas	Transferência	30/09/2016
Trabalhistas	128.333	95.360	(23.480)	(51.839)	-	148.374
Tributárias	325.238	13.022	(1.774)	-	(319.529)	16.957
Cíveis	402.788	23.103	(28.067)	(35.126)	-	362.698
Outras	377.257	61.680	(150.309)	3.087	-	291.715
<b>Total</b>	<b>1.233.616</b>	<b>193.165</b>	<b>(203.630)</b>	<b>(83.878)</b>	<b>(319.529)</b>	<b>819.744</b>

**21.2.1.1. Tributárias**

Autos de Infração e Notificação fiscal: relacionado à Taxa de Controle, Acompanhamento e Fiscalização das Atividades de Exploração e Aproveitamento de Recursos Hídricos – TFRH, regulamentada pelo Decreto nº 1.227/2015, destinada a custear a fiscalização e aproveitamento de recursos hídricos em território paraense.

Por se tratar de uma obrigação legal nos termos do CPC 25, onde obrigação legal é definida por aquela que deriva de um contrato (por meio de termos implícitos e explícitos), de uma lei ou de outro instrumento fundamentado em lei, em março passado, a Administração decidiu pela transferência da provisão relativa à “Taxa Pará” para outros passivos (nota 23).

Outros processos de caráter tributário: envolve várias provisões que, individualmente são de menor relevância, e basicamente são decorrentes de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e tributos federais junto à Receita Federal do Brasil, totalizando uma provisão de R\$ 15.774 (2015 - R\$ 4.672).

**21.2.1.2. Cíveis e outros**

Os principais processos judiciais cíveis classificados como perda provável são de caráter indenizatório, de natureza financeira e por reclamationárias impetradas por proprietários de áreas inundadas pelos reservatórios de usinas hidrelétricas. Apresentamos abaixo os processos de maior relevância:

Ação de desapropriação – UHE Balbina: desapropriações ajuizadas pela Companhia com a finalidade de indenizar os proprietários das áreas atingidas pela formação do reservatório da Usina Hidrelétrica de Balbina (AM). Em sua maioria, os processos estão em fase de cumprimento de sentença. Há discussão acerca da legitimidade dos títulos apresentados pelos expropriados, tendo, inclusive, o Ministério Público Federal ajuizado Ação Civil Pública contestando esses títulos. A provisão constituída desta causa em 30 de setembro de 2016 é de R\$ 306.657 (2015 - R\$ 375.449).

A reversão de R\$ 75.122 é referente ao encerramento de um dos processos referente ao tema. A sentença extinguiu o processo pela anulação da legitimidade da apelação.

Ação indenizatória – Sul America Companhia Nacional de Seguros: trata-se do ressarcimento de valores a Sul America Companhia Nacional de Seguros devido ao pagamento feito a Albrás Alumínio Brasileiro S.A. pelo sinistro sofrido decorrente da interrupção do fornecimento de energia elétrica. O processo passou a ser provisionado no exercício de 2015 por conta da mudança de estimativa de perda, que passou de perda possível para perda provável. Em 30 de setembro de 2016 o processo monta R\$ 236.731 (2015 – R\$ 236.731).



Ação de cobrança – Cetenco Engenharia: processo em discussão na esfera judicial. A empresa Cetenco celebrou contrato de prestação de serviços e obras para a construção das linhas de transmissão do sistema associado à UHE Tucuruí. Alega que os pagamentos realizados pela Eletronorte ocorreram com atraso e sem pagamento da correção monetária e juros de mora.

Embora o processo já esteja em fase de execução, além do pedido para que a execução seja promovida por meio do rito do art. 730 do CPC (rito dos precatórios), a Companhia defende que a correção monetária seja aplicada após a propositura da ação. O valor do processo monta R\$ 72.536 (2015 – R\$ 72.536).

### 21.2.1.3. Trabalhistas

A Companhia é ré em inúmeras reclamações trabalhistas envolvendo diversos assuntos. A maior parte envolve horas extras, adicional de periculosidade e responsabilidade subsidiária.

Em relação às contingências trabalhistas relevantes classificadas como perda provável destacam-se as ações que versam sobre periculosidade e índices inflacionários.

No caso específico do processo que versa sobre os índices inflacionários, trata-se de reclamação trabalhista coletiva buscando a recomposição inflacionária dos salários durante o período de hiperinflação. O outro processo discute o pagamento de adicional de periculosidade para empregados, cujos cálculos do débito já foram homologados pelo juízo. A Eletronorte garantiu a execução e nesse momento discute os cálculos apresentados pela justiça.

Em 30 de setembro de 2016 a maior causa dessa natureza monta R\$ 29.046.

### 21.2.2. Contingências passivas - perda possível

A Companhia possui contingências de natureza tributária, cível e trabalhista, cuja expectativa de perda avaliada pela Administração e sustentada no julgamento de consultores jurídicos está classificada como possível. Abaixo estão demonstradas as contingências classificadas com probabilidade de perda possível.

	30/09/2016	31/12/2015
Trabalhistas	68.530	49.492
Tributários	219.059	359.410
Cíveis	1.331.462	1.337.181
Outros	203.612	63.578
<b>TOTAL</b>	<b>1.822.663</b>	<b>1.809.661</b>

#### 21.2.2.1. Tributárias

As contingências tributárias, classificadas como perda possível, de maior relevância avaliadas pela Companhia estão relacionadas aos seguintes tributos:

ICMS: A Companhia discute judicialmente a cobrança de multa relacionada a:

- I. aproveitamento de crédito de ICMS quando da transferência desses à Boa Vista Energia, por ocasião da cisão do patrimônio da Companhia para criação desta, no montante de R\$ 87.991 (2015 – R\$ 71.876);
- II. cobrança pelo Fisco Estadual de Roraima exige da Eletronorte o estorno de créditos de ICMS relativos a bens do ativo permanente, o estorno dos créditos do ICMS na proporção de operações qualificadas como isentas ou não-tributadas, a saber: a) venda de energia para a CER – Centrais Elétricas de Roraima, e b) valores escriturados como “Outros”. Valor total de R\$ 36.531 (2015 – R\$ 36.531).  
Autor: Estado de Roraima.



PIS/PASEP e COFINS: A Companhia discute na esfera administrativa, auto de infração lavrado pela Secretaria da Receita Federal no montante de R\$ 135.125 (2015 - R\$ 135.125). No entendimento da Receita Federal a correção de contratos anteriores a outubro de 2003, pelo IGPM, descaracteriza o caráter predeterminado do preço, de forma que após o primeiro reajuste o regime de tributação seria o da não-cumulatividade. Contudo, existem precedentes judiciais em sentido oposto, favoráveis, à tese da Companhia.

#### 21.2.2.2. Cíveis e outros

As contingências cíveis classificadas como perda possível de maior relevância para a Companhia referem-se às seguintes matérias:

Cobrança pelo CNEC de correção monetária e juros por atraso de pagamento:

Ação Judicial de cobrança ajuizada pelo CNEC - Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores S.A., objetivando o recebimento de correção monetária e juros por atraso de pagamentos de faturas, em virtude da correção monetária desproporcional ao valor real da moeda, pela supressão e utilização de índices divorciados da realidade contratual. A Companhia sustenta que as partes realizaram composição de todas suas pendências firmando “Contrato de Reconhecimento, Consolidação e Pagamento de Débitos e outras avenças”, e, que o direito reclamado se encontra prescrito e quitado. Em 30 de setembro de 2016 o valor do processo é de R\$ 1.090.591 (2015 – R\$ 1.090.591).

Ação indenizatória e antecipação de tutela:

A ação trata de rescisão contratual cumulada com obrigações de fazer e não fazer, com pedido de tutela de urgência, proposta por MAVI ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, em desfavor de LINHA VERDE TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A, no montante de R\$ 140.356.

Ação indenizatória de desapropriação fundiária:

A ação trata de pedido de indenização de desapropriação fundiária, no montante de R\$ 121.437, ajuizada pela ADEMPAR – ORGANIZAÇÃO DE NEGÓCIO E COMÉRCIO EXTERIOR. Já foi proferida sentença de ilegitimidade da parte autora referente à posse do imóvel Gleba Pitinga em processo semelhante.

#### 21.2.2.3. Trabalhistas

As contingências trabalhistas classificadas como possível em sua maioria referem-se a demandas que envolvem horas extras, horas *in itinere*, responsabilidade subsidiária (terceirização), reenquadramento e equiparação salarial. Dentre as reclamações trabalhistas de maior relevância destaca-se a reclamação trabalhista nº 0001714-79.2014.5.10.0008 promovida pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DO DISTRITO FEDERAL cujo objeto diz respeito à contratação de mão de obra via concurso público.

### 21.3 Cauções e depósitos vinculados

Os valores de cauções e depósitos vinculados estão relacionados a processos judiciais e administrativos, conforme detalhado abaixo:

	<b>30/09/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
Trabalhistas	132.431	162.517
Tributários	60.389	56.659
Cíveis	44.443	45.982
Outros	221.042	207.977
<b>Total não circulante</b>	<b>458.305</b>	<b>473.135</b>

## NOTA 22 – ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

Em 2004, a Companhia participou do leilão de compra de energia elétrica realizado pelo consumidor industrial Alumínio Brasileiro S.A. – Albras, para um período de 20 anos, sendo 750 MW médios/mês (não auditado), de junho de 2004 a dezembro de 2006 e 800 MW médios/mês (não auditado), de janeiro de 2007 a dezembro de 2024, estabelecendo como parâmetro para a celebração do contrato um preço mínimo compatível com a tarifa de equilíbrio da Usina Hidrelétrica de Tucuruí.

O preço final ofertado foi composto por um preço base, acrescido de um prêmio, calculado em função da cotação do alumínio no mercado internacional, se constituindo num derivativo embutido (nota 9).

Com base nessas condições, a Albrás efetuou a compra antecipada de créditos de energia elétrica, com pagamento antecipado de R\$ 1.200.000, que se constituiu em crédito, em MW (, de 43 MW médios/mês, de junho de 2004 a dezembro de 2006 e 46 MW médios/mês, de janeiro de 2007 a dezembro de 2024, a ser amortizado durante o período de fornecimento, em parcelas mensais expressas nesses MW médios, de acordo com a tarifa vigente no mês de faturamento.

A posição e movimentação desse passivo são demonstradas a seguir:

Clientes	2016			2015		
	Amortizações Efetuadas	Ganhos	Saldo em 30 de setembro	Amortizações Efetuadas	Ganhos	Saldo em 31 de dezembro
ALBRÁS	(43.489)	(1.963)	<b>668.461</b>	(54.068)	(3.282)	<b>713.914</b>
DELTA	-	-	<b>31.429</b>	-	-	-
SAFIRA	-	-	<b>3.126</b>	-	-	-
<b>Total</b>	<b>(43.489)</b>	<b>(1.963)</b>	<b>703.016</b>	<b>(54.068)</b>	<b>(3.282)</b>	<b>713.914</b>
Circulante			95.059			54.832
Não circulante			607.957			659.082

## NOTA 23 - OUTROS PASSIVOS

	Nota	30/09/2016	31/12/2015
<b>CIRCULANTE</b>			
Previnorte Fundação de Previdência Complementar		6.871	7.174
Compensações Socioambientais		26.839	36.622
Gastos a realizar em empreendimentos		34.164	21.147
Óleo Combustível		53.063	53.063
Passivo a descoberto		11.292	8.428
Diversos		155.420	264.869
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>287.649</b>	<b>391.303</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Taxa de Fiscalização - TFRH	23.1	517.595	-
Compensações Socioambientais		123.524	123.524
Provisão multa Aneel		22.096	19.666
Diversos		4.794	4.660
<b>TOTAL NÃO CIRCULANTE</b>		<b>668.009</b>	<b>147.850</b>
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>955.658</b>	<b>539.153</b>

### 23.1. Taxa de fiscalização - TFRH

A Companhia foi autuada por meio de dois autos de infração, o primeiro ocorreu em 27/08/2015 no montante de R\$ 206.316, referente ao não recolhimento da TFRH sobre os meses de abril a junho de 2015. O segundo Auto de Infração data de 11/11/2015 no montante de R\$113.213, relativo aos meses de julho a setembro de 2015. O montante da causa corresponde a R\$ 344.516, já atualizado.

Em 2016, em atendimento a Lei Nº 8.091/2014, que trata da referida taxa, a Companhia realizou a contabilização do valor de R\$ 163.809 de TFRH, referente aos meses de janeiro a setembro conforme relatório de vazão e volume turbinado nas Usinas Hidrelétricas de Tucuruí e Curuá Uma. O valor total relativo a TFRH registrado é de R\$ 517.595.

## NOTA 24 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### 24.1. Capital social

O capital subscrito e totalmente integralizado, no valor de R\$ 11.576.263 (2015 – R\$ 11.576.263), está representado por 154.093.501 (2015 – 154.093.051) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, conforme composição acionária abaixo:

ACIONISTAS	30/09/2016			31/12/2015		
	Nº DE AÇÕES	%	CAPITAL SOCIAL	Nº DE AÇÕES	%	CAPITAL SOCIAL
Centrais Elétricas Brasileiras S.A.-Eletrobras	153.292.342	99,480	11.516.076	153.292.342	99,480	11.516.076
Prefeitura Municipal de Manaus	263.513	0,171	19.796	263.513	0,171	19.796
Centrais Elétricas do Pará S.A.-Celpa	247.635	0,161	18.604	247.635	0,161	18.604
Amazonas Distribuidora de Energia S.A.	146.382	0,095	10.997	146.382	0,095	10.997
Governo do Estado de Roraima	35.992	0,023	2.704	35.992	0,023	2.704
Cia. de Eletricidade do Acre-Eletoacre	22.016	0,014	1.654	22.016	0,014	1.654
Centrais Elétricas de Rondônia S.A.-Ceron	13.949	0,009	1.048	13.949	0,009	1.048
Prefeitura Municipal de Boa Vista	8.568	0,006	644	8.568	0,006	644
União Federal	1.804	0,001	136	1.804	0,001	136
Outras pessoas físicas	31.531	0,020	2.369	31.531	0,020	2.369
Outras pessoas jurídicas	29.769	0,019	2.235	29.769	0,019	2.235
<b>TOTAL</b>	<b>154.093.501</b>	<b>100,000</b>	<b>11.576.263</b>	<b>154.093.501</b>	<b>100,000</b>	<b>11.576.263</b>

O valor patrimonial da ação em 30 de setembro de 2016 é de R\$ 98,57 (2015 - R\$ 83,57).

## NOTA 25 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A seguir é demonstrada a composição da receita operacional bruta e da receita operacional líquida apresentada na demonstração do resultado:

	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	01/01/2016 à 30/09/2016	01/01/2015 à 30/09/2015	01/07/2016 à 30/09/2016	01/07/2015 à 30/09/2015	01/01/2016 à 30/09/2016	01/01/2015 à 30/09/2015	01/07/2016 à 30/09/2016	01/07/2015 à 30/09/2015
<b>Receita operacional bruta</b>								
<b>Geração</b>								
Fornecimento de energia elétrica	823.992	901.847	295.238	300.243	823.992	901.847	295.238	300.243
Suprimento de energia elétrica	2.191.037	2.933.558	773.901	987.749	2.191.037	2.933.558	773.901	987.749
Energia elétrica de curto prazo	281.010	68.768	57.443	48.072	281.010	68.768	57.443	48.072
Operação e manutenção de usinas	11.698	11.927	4.409	3.415	11.698	11.927	4.409	3.415
<b>Transmissão</b>								
Op. e Manut. de linhas de transmissão	339.835	349.368	120.048	109.139	342.792	349.368	121.038	109.139
Construção de linhas de transmissão	137.456	103.774	41.828	49.231	182.760	209.199	47.019	82.524
Financeira - retorno do investimento	3.630.656	223.013	463.090	79.956	3.667.535	253.963	475.604	90.162
<b>Outras receitas operacionais</b>								
Serviços de comunicação multimídia	71.292	72.855	21.855	24.938	71.292	72.855	21.855	24.938
Outros	179.667	106.977	64.883	57.134	179.667	106.977	64.883	57.134
<b>Total receita operacional bruta</b>	<b>7.666.643</b>	<b>4.772.087</b>	<b>1.842.695</b>	<b>1.659.877</b>	<b>7.751.783</b>	<b>4.908.462</b>	<b>1.861.390</b>	<b>1.703.376</b>
<b>( - ) Deduções à receita operacional</b>								
<b>Encargos setoriais</b>								
RGR	(94.448)	(111.083)	(30.965)	(39.256)	(95.177)	(111.083)	(31.209)	(39.256)
CDE	(25.211)	(11.853)	(12.150)	(6.590)	(25.211)	(11.853)	(12.150)	(6.590)
PROINFA	(79.268)	(58.130)	(26.580)	(38.920)	(79.268)	(58.130)	(26.580)	(38.920)
P&D	(30.342)	(37.745)	(10.219)	(17.051)	(30.586)	(37.745)	(10.300)	(17.051)
<b>Total Encargos setoriais</b>	<b>(229.269)</b>	<b>(218.811)</b>	<b>(79.914)</b>	<b>(101.817)</b>	<b>(230.242)</b>	<b>(218.811)</b>	<b>(80.239)</b>	<b>(101.817)</b>
<b>Impostos e contribuições</b>								
ICMS	(11.461)	(4.855)	(4.364)	(2.468)	(11.461)	(4.855)	(4.364)	(2.468)
ISS	(3.181)	(1.414)	(1.529)	(422)	(3.181)	(1.414)	(1.529)	(422)
COFINS	(312.614)	(281.053)	(115.187)	(74.058)	(314.744)	(281.053)	(115.900)	(74.058)
PIS/PASEP	(66.313)	(103.054)	(24.668)	(58.117)	(66.775)	(103.054)	(24.823)	(58.117)
Outros	(1.070)	(1.053)	(289)	(361)	(1.070)	(1.053)	(289)	(361)
<b>Total Impostos e contribuições</b>	<b>(394.639)</b>	<b>(391.429)</b>	<b>(146.037)</b>	<b>(135.426)</b>	<b>(397.231)</b>	<b>(391.429)</b>	<b>(146.905)</b>	<b>(135.426)</b>
<b>Total Deduções à receita operacional</b>	<b>(623.908)</b>	<b>(610.240)</b>	<b>(225.951)</b>	<b>(237.243)</b>	<b>(627.473)</b>	<b>(610.240)</b>	<b>(227.144)</b>	<b>(237.243)</b>
<b>Total</b>	<b>7.042.735</b>	<b>4.161.847</b>	<b>1.616.744</b>	<b>1.422.634</b>	<b>7.124.310</b>	<b>4.298.222</b>	<b>1.634.246</b>	<b>1.466.133</b>

No período houve aumento da receita operacional líquida, que passou de R\$ 4.161.847 em setembro 2015, para R\$ 7.042.735 em setembro de 2016 (69,2%). A variação de R\$ 2.880.888 é decorrente, principalmente, do reconhecimento da remuneração sobre ativos financeiros previstos na Portaria nº 120/2016 ANEEL e pela redução do volume na venda de suprimento de energia elétrica no período.

As receitas de transmissão registraram o maior acréscimo entre todos os segmentos, passando de R\$ 223.013 em setembro 2015, para R\$ 3.630.656 em setembro 2016, devido ao reconhecimento da remuneração sobre o ativo financeiro, no valor de R\$ 3.407.142, referente aos bens reversíveis existentes em 31 de maio de 2000, denominados Rede Básica de Sistemas Existentes (RBSE), tendo por base a Portaria nº 120/2016, que regulamenta o pagamento desses ativos àquelas empresas de transmissão de energia elétrica que tiveram antecipados os vencimentos de seus contratos de concessão, nos termos da Lei nº 12.783/13 (de conversão da MP 579/12).

As receitas de suprimento de energia, oriunda da venda de energia existente por meio de contratos bilaterais, apresentaram redução de R\$ 742.521, variação percentual de 25,26%, devido ao término de vários contratos oriundos das Comercializadoras, cuja quantidade de energia comercializada caiu de 1.212,22 MW médios (não auditado) em setembro de 2015 para 262,04 MW médios (não auditado) em setembro de 2016. Além disso, houve o término de dois produtos negociados no Ambiente Regulado (CCEAR), cujo MW médio de energia (não auditado) comercializada reduziu de 1.182,01 para 1.009,09 no mesmo período de comparação.

Em contrapartida, a Companhia auferiu receita com venda de energia excedente no mercado de curto prazo superior ao verificado em setembro de 2015 quando estava numa posição de compradora de energia de curto prazo para honrar seus contratos de energia, o que elevou as despesas de compra de energia, principalmente, devido à crise hidrológica do país. Já em setembro de 2016, a Companhia passou para uma posição vendedora de energia, registrando um aumento de R\$ 212.242 na venda de energia no mercado de curto prazo.

## NOTA 26 – CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA DE GASTOS

CONTROLADORA								
01/01/2016 à 30/09/2016					01/01/2015 à 30/09/2015			
Nota	Custos operacionais	Custo do serviço prestado a terceiros	Despesas operacionais	Total	Custos operacionais	Custo do serviço prestado a terceiros	Despesas operacionais	Total
	(135.524)	-	-	(135.524) <sup>1</sup>	(784.943)	-	-	(784.943)
	(386.161)	-	-	(386.161) <sup>1</sup>	(388.203)	-	-	(388.203)
26.1	(445.460)	(26.859)	(446.250)	(918.569) <sup>1</sup>	(453.114)	(16.220)	(389.881)	(859.215)
	(22.573)	(785)	(1.264)	(24.622) <sup>1</sup>	(19.778)	(244)	(1.283)	(21.305)
	(132.058)	(22.722)	(47.372)	(202.152) <sup>1</sup>	(113.626)	(4.215)	(55.655)	(173.496)
	(325.748)	-	(11.749)	(337.497) <sup>1</sup>	(310.103)	-	(9.939)	(320.042)
	(3.717)	-	-	(3.717) <sup>1</sup>	(88.553)	-	-	(88.553)
	(58.011)	(1.445)	(33.686)	(93.142) <sup>1</sup>	(10.313)	-	(31.816)	(42.129)
26.2	-	-	(162.352)	(162.352) <sup>1</sup>	-	-	(328.844)	(328.844)
	(134.365)	-	-	(134.365) <sup>1</sup>	(188.621)	-	-	(188.621)
	-	-	(11.293)	(11.293) <sup>1</sup>	-	-	(12.335)	(12.335)
	(137.456)	-	-	(137.456) <sup>1</sup>	(103.774)	-	-	(103.774)
	45.157	278	18.586	64.021 <sup>1</sup>	48.808	-	19.196	68.004
	-	-	-	- <sup>1</sup>	-	-	171.974	171.974
	(84.517)	(3.142)	(52.935)	(140.594) <sup>1</sup>	(27.711)	(3.295)	(37.104)	(68.110)
<b>Total</b>	<b>(1.820.433)</b>	<b>(54.675)</b>	<b>(748.315)</b>	<b>(2.623.423)<sup>1</sup></b>	<b>(2.439.931)</b>	<b>(23.974)</b>	<b>(675.687)</b>	<b>(3.139.592)</b>

CONTROLADORA								
01/07/2016 à 30/09/2016					01/07/2015 à 30/09/2015			
Nota	Custos operacionais	Custo do serviço prestado a terceiros	Despesas operacionais	Total	Custos operacionais	Custo do serviço prestado a terceiros	Despesas operacionais	Total
	(51.786)	-	-	(51.786) <sup>1</sup>	105.072	-	-	105.072
	(138.855)	-	-	(138.855) <sup>1</sup>	(126.081)	-	-	(126.081)
26.1	(151.952)	(7.275)	(159.339)	(318.566) <sup>1</sup>	(165.680)	(8.682)	(141.438)	(315.800)
	(6.532)	(322)	(409)	(7.263) <sup>1</sup>	(8.959)	(176)	(505)	(9.640)
	(47.343)	(11.180)	(14.378)	(72.901) <sup>1</sup>	(42.459)	(2.592)	(20.106)	(65.157)
	(111.058)	-	(802)	(111.860) <sup>1</sup>	(95.604)	-	(3.314)	(98.918)
	-	-	-	- <sup>1</sup>	(20.642)	-	-	(20.642)
	(55.563)	(497)	(9.185)	(65.245) <sup>1</sup>	(763)	-	(11.194)	(11.957)
26.2	-	-	(1.981)	(1.981) <sup>1</sup>	-	-	(265.916)	(265.916)
	(25.274)	-	-	(25.274) <sup>1</sup>	(44.264)	-	-	(44.264)
	-	-	(5.545)	(5.545) <sup>1</sup>	-	-	(2.871)	(2.871)
	(41.828)	-	-	(41.828) <sup>1</sup>	(49.231)	-	-	(49.231)
	18.570	117	12.838	31.525 <sup>1</sup>	13.008	-	(330)	12.678
	-	-	-	- <sup>1</sup>	-	-	-	-
	(15.478)	(1.069)	(31.930)	(48.477) <sup>1</sup>	(9.897)	(849)	(2.788)	(13.534)
<b>Total</b>	<b>(627.099)</b>	<b>(20.226)</b>	<b>(210.731)</b>	<b>(858.056)<sup>1</sup></b>	<b>(445.500)</b>	<b>(12.299)</b>	<b>(448.462)</b>	<b>(906.261)</b>

CONSOLIDADO

Nota	01/01/2016 à 30/09/2016				01/01/2015 à 30/09/2015			
	Custos operacionais	Custo do serviço prestado a terceiros	Despesas operacionais	Total	Custos operacionais	Custo do serviço prestado a terceiros	Despesas operacionais	Total
	(135.524)	-	-	(135.524) <sup>1</sup>	(784.943)	-	-	(784.943)
	(386.161)	-	-	(386.161) <sup>1</sup>	(388.203)	-	-	(388.203)
26.1	(445.460)	(26.859)	(446.332)	(918.651) <sup>1</sup>	(453.114)	(16.220)	(389.953)	(859.287)
	(22.573)	(785)	(1.376)	(24.734) <sup>1</sup>	(19.778)	(244)	(1.301)	(21.323)
	(132.058)	(22.722)	(52.917)	(207.697) <sup>1</sup>	(113.626)	(4.215)	(58.033)	(175.874)
	(325.748)	-	(11.758)	(337.506) <sup>1</sup>	(310.103)	-	(9.939)	(320.042)
	(3.717)	-	-	(3.717) <sup>1</sup>	(88.553)	-	-	(88.553)
	(58.011)	(1.445)	(33.808)	(93.264) <sup>1</sup>	(10.313)	-	(31.952)	(42.265)
26.2	-	-	(162.991)	(162.991) <sup>1</sup>	-	-	(329.615)	(329.615)
	(134.365)	-	-	(134.365) <sup>1</sup>	(188.621)	-	-	(188.621)
	-	-	(11.409)	(11.409) <sup>1</sup>	-	-	(12.335)	(12.335)
	(182.760)	-	-	(182.760) <sup>1</sup>	(209.199)	-	-	(209.199)
	45.157	278	19.320	64.755 <sup>1</sup>	48.808	-	19.196	68.004
	-	-	-	- <sup>1</sup>	-	-	171.974	171.974
	(84.518)	(3.142)	(54.111)	(141.771) <sup>1</sup>	(27.711)	(3.295)	(37.241)	(68.247)
<b>Total</b>	<b>(1.865.738)</b>	<b>(54.675)</b>	<b>(755.382)</b>	<b>(2.675.795)<sup>1</sup></b>	<b>(2.545.356)</b>	<b>(23.974)</b>	<b>(679.199)</b>	<b>(3.248.529)</b>

CONSOLIDADO

Nota	01/07/2016 à 30/09/2016				01/07/2015 à 30/09/2015			
	Custos operacionais	Custo do serviço prestado a terceiros	Despesas operacionais	Total	Custos operacionais	Custo do serviço prestado a terceiros	Despesas operacionais	Total
	(51.786)	-	-	(51.786) <sup>1</sup>	105.072	-	-	105.072
	(138.855)	-	-	(138.855) <sup>1</sup>	(126.081)	-	-	(126.081)
26.1	(151.952)	(7.275)	(159.348)	(318.575) <sup>1</sup>	(165.680)	(8.682)	(141.459)	(315.821)
	(6.532)	(322)	(494)	(7.348) <sup>1</sup>	(8.959)	(176)	(512)	(9.647)
	(47.343)	(11.180)	(16.425)	(74.948) <sup>1</sup>	(42.459)	(2.592)	(21.134)	(66.185)
	(111.058)	-	(804)	(111.862) <sup>1</sup>	(95.604)	-	(3.314)	(98.918)
	-	-	-	- <sup>1</sup>	(20.642)	-	-	(20.642)
	(55.563)	(497)	(9.224)	(65.284) <sup>1</sup>	(763)	-	(11.235)	(11.998)
26.2	-	-	(2.098)	(2.098) <sup>1</sup>	-	-	(266.345)	(266.345)
	(25.274)	-	-	(25.274) <sup>1</sup>	(44.264)	-	-	(44.264)
	-	-	(5.587)	(5.587) <sup>1</sup>	-	-	(2.871)	(2.871)
	(47.019)	-	-	(47.019) <sup>1</sup>	(82.524)	-	-	(82.524)
	18.570	117	13.173	31.860 <sup>1</sup>	13.008	-	(330)	12.678
	-	-	-	- <sup>1</sup>	-	-	-	-
	(15.478)	(1.069)	(32.242)	(48.789) <sup>1</sup>	(9.897)	(849)	(2.827)	(13.573)
<b>Total</b>	<b>(632.290)</b>	<b>(20.226)</b>	<b>(213.049)</b>	<b>(865.565)<sup>1</sup></b>	<b>(478.793)</b>	<b>(12.299)</b>	<b>(450.027)</b>	<b>(941.119)</b>

## 26.1. Pessoal

	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	01/01/2016 à 30/09/2016	01/01/2015 à 30/09/2015	01/07/2016 à 30/09/2016	01/07/2015 à 30/09/2015	01/01/2016 à 30/09/2016	01/01/2015 à 30/09/2015	01/07/2016 à 30/09/2016	01/07/2015 à 30/09/2015
	<b>Remuneração do trabalho</b>							
Remuneração direta	(390.977)	(380.777)	(121.043)	(136.853)	(390.977)	(380.849)	(121.043)	(136.882)
Remuneração indireta	(127.718)	(95.593)	(49.000)	(35.905)	(127.718)	(95.593)	(49.000)	(35.905)
Provisão de férias	(107.398)	(98.820)	(40.403)	(36.791)	(107.398)	(98.820)	(40.403)	(36.791)
Provisão de 13º salário	(42.229)	(37.689)	(16.964)	(15.924)	(42.229)	(37.689)	(16.964)	(15.924)
FGTS	(43.798)	(37.004)	(16.411)	(13.353)	(43.798)	(37.004)	(16.411)	(13.353)
Hora extra	(21.948)	(21.139)	(7.628)	(6.461)	(21.948)	(21.139)	(7.628)	(6.461)
Benefícios assistenciais	(8.437)	(6.826)	(2.564)	(2.797)	(8.437)	(6.826)	(2.564)	(2.797)
Outros	(18.617)	(32.048)	(6.314)	(14.002)	(18.699)	(32.048)	(6.323)	(14.002)
	<b>(761.122)</b>	<b>(709.896)</b>	<b>(260.327)</b>	<b>(262.086)</b>	<b>(761.204)</b>	<b>(709.968)</b>	<b>(260.336)</b>	<b>(262.115)</b>
<b>Encargos sobre despesa de pessoal</b>								
Contribuições previdenciárias	(125.865)	(118.379)	(46.644)	(42.837)	(125.865)	(118.379)	(46.644)	(42.829)
Demais encargos sociais	(31.582)	(30.940)	(11.595)	(10.877)	(31.582)	(30.940)	(11.595)	(10.877)
	<b>(157.447)</b>	<b>(149.319)</b>	<b>(58.239)</b>	<b>(53.714)</b>	<b>(157.447)</b>	<b>(149.319)</b>	<b>(58.239)</b>	<b>(53.706)</b>
<b>Total</b>	<b>(918.569)</b>	<b>(859.215)</b>	<b>(318.566)</b>	<b>(315.800)</b>	<b>(918.651)</b>	<b>(859.287)</b>	<b>(318.575)</b>	<b>(315.821)</b>

## 26.2. Provisões operacionais

	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	01/01/2016 à 30/09/2016	01/01/2015 à 30/09/2015	01/07/2016 à 30/09/2016	01/07/2015 à 30/09/2015	01/01/2016 à 30/09/2016	01/01/2015 à 30/09/2015	01/07/2016 à 30/09/2016	01/07/2015 à 30/09/2015
	<b>Provisões operacionais:</b>							
Riscos	23.770	(339.378)	(1.215)	(294.769)	23.405	(339.378)	(1.332)	(294.769)
TFRH	(198.066)	-	(27.355)	-	(198.066)	-	(27.355)	-
Demais provisões	-	6.626	-	6.974	(274)	5.855	-	6.545
	<b>(174.296)</b>	<b>(332.752)</b>	<b>(28.570)</b>	<b>(287.795)</b>	<b>(174.935)</b>	<b>(333.523)</b>	<b>(28.687)</b>	<b>(288.224)</b>
<b>Perda para crédito de liquidação duvidosa:</b>								
Consumidores e revendedores	(36.609)	(4.339)	66.887	(1.475)	(36.609)	(4.339)	66.887	(1.475)
Créditos de ICMS	12.416	-	94	-	12.416	-	94	-
Demais ativos	36.137	8.247	(40.392)	23.354	36.137	8.247	(40.392)	23.354
	<b>11.944</b>	<b>3.908</b>	<b>26.589</b>	<b>21.879</b>	<b>11.944</b>	<b>3.908</b>	<b>26.589</b>	<b>21.879</b>
<b>Total</b>	<b>(162.352)</b>	<b>(328.844)</b>	<b>(1.981)</b>	<b>(265.916)</b>	<b>(162.991)</b>	<b>(329.615)</b>	<b>(2.098)</b>	<b>(266.345)</b>



## NOTA 27 – RESULTADO FINANCEIRO

	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	01/01/2016 à 30/09/2016	01/01/2015 à 30/09/2015	01/07/2016 à 30/09/2016	01/07/2015 à 30/09/2015	01/01/2016 à 30/09/2016	01/01/2015 à 30/09/2015	01/07/2016 à 30/09/2016	01/07/2015 à 30/09/2015
<b>RECEITAS FINANCEIRAS</b>								
<b>Rendas</b>								
- Aplicações financeiras	82.419	110.431	20.851	40.187	83.094	113.084	20.954	41.721
	<b>82.419</b>	<b>110.431</b>	<b>20.851</b>	<b>40.187</b>	<b>83.094</b>	<b>113.084</b>	<b>20.954</b>	<b>41.721</b>
<b>Acréscimos moratórios em faturas de energia elétrica</b>								
- Juros sobre atraso de pagamento	79.184	19.868	28.559	(4.954)	79.200	19.868	28.559	(4.953)
- Multa sobre atraso de pagamento	14.132	8.708	8.432	1.642	14.132	8.708	8.432	1.642
	<b>93.316</b>	<b>28.576</b>	<b>36.991</b>	<b>(3.312)</b>	<b>93.332</b>	<b>28.576</b>	<b>36.991</b>	<b>(3.311)</b>
<b>Varição monetária e cambial ativa</b>								
- Atraso de pagamento - faturas de energia	71.949	27.479	17.640	(14.653)	71.949	27.479	17.640	(14.653)
- Atualização créditos CERON	207.101	-	75.914	-	207.101	-	75.914	-
- Outras variações ativas	68.942	139.798	60.598	22.306	61.679	132.224	58.479	14.732
	<b>347.992</b>	<b>167.277</b>	<b>154.152</b>	<b>7.653</b>	<b>340.729</b>	<b>159.703</b>	<b>152.033</b>	<b>79</b>
<b>Outras receitas financeiras</b>								
- Ganhos com derivativos	106.669	13.263	80.256	1.259	106.669	13.263	80.256	1.259
- Outras receitas financeiras	27.565	69.239	4.353	10.264	27.565	40.678	4.353	2.878
	<b>134.234</b>	<b>82.502</b>	<b>84.609</b>	<b>11.523</b>	<b>134.234</b>	<b>53.941</b>	<b>84.609</b>	<b>4.137</b>
<b>TOTAL DAS RECEITAS</b>	<b>657.961</b>	<b>388.786</b>	<b>296.603</b>	<b>56.051</b>	<b>651.389</b>	<b>355.304</b>	<b>294.587</b>	<b>42.626</b>
<b>DESPESAS FINANCEIRAS</b>								
<b>Varição monetária e cambial passiva</b>								
- Empréstimos e financiamentos - moeda nacional	(112.369)	(115.823)	(20.256)	(24.385)	(121.522)	(115.823)	(25.329)	(24.385)
- Empréstimos e financiamentos - moeda estrangeira	82.828	(273.754)	(8.650)	(168.934)	82.828	(273.754)	(8.650)	(168.934)
- Outras variações passivas	(123.857)	(61.830)	(90.471)	(18.758)	(123.857)	(61.830)	(90.471)	(18.758)
	<b>(153.398)</b>	<b>(451.407)</b>	<b>(119.377)</b>	<b>(212.077)</b>	<b>(162.551)</b>	<b>(451.407)</b>	<b>(124.450)</b>	<b>(212.077)</b>
<b>Encargos de dívidas</b>								
- Empréstimos e financiamentos	(314.107)	(253.965)	(110.380)	(101.302)	(314.107)	(260.231)	(110.380)	(99.713)
- Dividendos	(168.564)	(174.039)	(59.288)	(66.423)	(168.564)	(174.039)	(59.288)	(66.423)
	<b>(482.671)</b>	<b>(428.004)</b>	<b>(169.668)</b>	<b>(167.725)</b>	<b>(482.671)</b>	<b>(434.270)</b>	<b>(169.668)</b>	<b>(166.136)</b>
<b>Outras despesas financeiras</b>								
- Pesquisa e desenvolvimento	(10.144)	(10.746)	(3.513)	(3.038)	(10.144)	(10.746)	(3.513)	(3.038)
- Perdas com derivativos	-	(124.573)	(95.227)	(28.279)	-	(124.573)	(95.227)	(28.279)
- Juros e multas diversas	(18.913)	(15.064)	(6.762)	(5.131)	(19.506)	(15.064)	(7.252)	(8.356)
- Outras despesas financeiras	(3.823)	(2.826)	(1.078)	(100)	(3.823)	(3.731)	(1.078)	(100)
	<b>(32.880)</b>	<b>(153.209)</b>	<b>(106.580)</b>	<b>(36.548)</b>	<b>(33.473)</b>	<b>(154.114)</b>	<b>(107.070)</b>	<b>(39.773)</b>
<b>TOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>(668.949)</b>	<b>(1.032.620)</b>	<b>(395.625)</b>	<b>(416.350)</b>	<b>(678.695)</b>	<b>(1.039.791)</b>	<b>(401.188)</b>	<b>(417.986)</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>(10.988)</b>	<b>(643.834)</b>	<b>(99.022)</b>	<b>(360.299)</b>	<b>(27.306)</b>	<b>(684.487)</b>	<b>(106.601)</b>	<b>(375.360)</b>

O resultado financeiro apresentou variação positiva no período de 98%, passando de um saldo de despesa financeira de R\$ 643.834 em setembro 2015 para R\$ 10.988 em setembro de 2016. A variação registrada é decorrente, principalmente, dos seguintes fatores:

Varição positiva de R\$ 217.969, pela valorização dos instrumentos financeiros derivativos decorrentes da variação positiva no preço do alumínio e da variação cambial favorável do Dólar no mercado internacional para esta operação, o que contribuiu para o aumento na expectativa do valor justo para os derivativos (nota 9). Em setembro de 2016 a Companhia apurou ganho no total de R\$ 106.669, diferente do cenário verificado em 2015, quando foi apurado perda no montante de R\$ 111.310.

Com relação aos empréstimos em moeda estrangeira, a Companhia registrou variação positiva de 130% (R\$ 356.582) quando comparado ao mesmo período de 2015. Em 2015 o Real estava desvalorizado frente ao Dólar, passando de R\$ 2,69 em dezembro de 2014 para R\$ 3,96 em setembro de 2015 (variação de 47,21%). Já em 2016 houve apreciação do Real frente ao Dólar provocando uma variação negativa de 17,72% e consequente redução dos encargos incidentes sobre os empréstimos em moeda estrangeira.

Além disso, tivemos reconhecidos na receita financeira a atualização dos créditos devidos pela CERON à Companhia, cujo saldo acumulado até setembro 2016 impactou positivamente o resultado financeiro em R\$ 209.832.



## NOTA 28 - IMPOSTO DE RENDA DA PESSOA JURÍDICA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO

O IRPJ e a CSLL, correntes e diferidos, são reconhecidos no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente.

A conciliação da apropriação das despesas de IRPJ e CSLL com os valores revertidos de imposto de renda diferido, com as adições e exclusões previstas na legislação e com os créditos tributários revertidos e constituídos, calculados com base nas respectivas alíquotas nominais, estão a seguir demonstradas:

	CONTROLADORA											
	01/01/2016 à 30/09/2016			01/01/2015 à 30/09/2015			01/07/2016 à 30/09/2016			01/07/2015 à 30/09/2015		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
<b>Lucro antes do IRPJ e CSLL</b>	<b>4.612.192</b>	<b>4.612.192</b>		<b>495.677</b>	<b>495.677</b>		<b>823.942</b>	<b>823.942</b>		<b>222.685</b>	<b>222.685</b>	
Alíquota nominal	25%	9%		25%	9%		25%	9%		25%	9%	
<b>Despesa nominal</b>	<b>(1.153.048)</b>	<b>(415.097)</b>		<b>(123.919)</b>	<b>(44.611)</b>		<b>(205.986)</b>	<b>(74.155)</b>		<b>(55.671)</b>	<b>(20.042)</b>	
<b>Efeitos de adições e exclusões fiscais</b>												
Ajustes da Lei no. 11.941/2009	-	-		8.057	2.901		-	-		(267)	(96)	
Provisões operacionais	11.867	4.272		82.211	29.596		42.695	15.371		66.488	23.933	
Equivalência patrimonial	51.212	18.436		(29.314)	(10.553)		41.313	14.873		(16.652)	(5.995)	
Demais adições e exclusões	906.270	325.068		(24.314)	(9.420)		95.413	35.503		(54.435)	(20.143)	
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa	56.101	20.196		26.740	9.626		7.008	2.523		5.274	1.898	
Incentivos fiscais	86.718	-		35.967	-		22.314	-		30.691	-	
<b>Total da (receita) despesa de IRPJ e CSLL</b>	<b>(40.880)</b>	<b>(47.125)</b>	<b>(88.005)</b>	<b>(24.572)</b>	<b>(22.461)</b>	<b>(47.033)</b>	<b>2.757</b>	<b>(5.885)</b>	<b>(3.128)</b>	<b>(24.572)</b>	<b>(20.445)</b>	<b>(45.017)</b>
<b>IRPJ e CSLL Correntes</b>	<b>(40.880)</b>	<b>(47.125)</b>	<b>(88.005)</b>	<b>(24.572)</b>	<b>(22.461)</b>	<b>(47.033)</b>	<b>2.757</b>	<b>(5.885)</b>	<b>(3.128)</b>	<b>(24.572)</b>	<b>(20.445)</b>	<b>(45.017)</b>
<b>IRPJ e CSLL Diferidos</b>	<b>(782.824)</b>	<b>(280.619)</b>	<b>(1.063.443)</b>	<b>(24.783)</b>	<b>(8.922)</b>	<b>(33.705)</b>	<b>(31.780)</b>	<b>(10.244)</b>	<b>(42.025)</b>	<b>33.825</b>	<b>12.177</b>	<b>46.002</b>
	<b>(823.704)</b>	<b>(327.744)</b>	<b>(1.151.448)</b>	<b>(49.355)</b>	<b>(31.383)</b>	<b>(80.738)</b>	<b>(29.023)</b>	<b>(16.129)</b>	<b>(45.153)</b>	<b>9.253</b>	<b>(8.268)</b>	<b>985</b>
Alíquota efetiva	-17,86%	-7,11%		-9,96%	-6,33%		-3,52%	-1,96%		4,16%	-3,71%	

	CONSOLIDADO											
	01/01/2016 à 30/09/2016			01/01/2015 à 30/09/2015			01/07/2016 à 30/09/2016			01/07/2015 à 30/09/2015		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
<b>Lucro antes do IRPJ e CSLL</b>	<b>4.612.192</b>	<b>4.612.192</b>		<b>495.677</b>	<b>495.677</b>		<b>823.942</b>	<b>823.942</b>		<b>222.685</b>	<b>222.685</b>	
Alíquota nominal	25%	9%		25%	9%		25%	9%		25%	9%	
<b>Despesa nominal</b>	<b>(1.153.048)</b>	<b>(415.097)</b>		<b>(123.919)</b>	<b>(44.611)</b>		<b>(205.986)</b>	<b>(74.155)</b>		<b>(55.671)</b>	<b>(20.042)</b>	
<b>Efeitos de adições e exclusões fiscais</b>												
Ajustes da Lei no. 11.941/2009	-	-		10.260	3.694		-	-		2.998	315	
Provisões operacionais	11.707	4.215		82.404	29.665		42.724	15.382		66.595	23.971	
Equivalência patrimonial	58.220	21.073		(29.314)	(10.553)		43.573	15.801		(16.652)	(5.995)	
Demais adições e exclusões	899.422	322.488		(26.710)	(10.283)		93.124	34.564		(58.248)	(20.751)	
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa	56.101	20.196		26.740	9.627		7.008	2.523		5.715	2.057	
Incentivos fiscais	86.718	-		35.967	-		22.314	-		30.691	-	
<b>Total da (receita) despesa de IRPJ e CSLL</b>	<b>(40.880)</b>	<b>(47.125)</b>	<b>(88.005)</b>	<b>(24.572)</b>	<b>(22.461)</b>	<b>(47.033)</b>	<b>2.757</b>	<b>(5.885)</b>	<b>(3.128)</b>	<b>(24.572)</b>	<b>(20.445)</b>	<b>(45.017)</b>
<b>IRPJ e CSLL Correntes</b>	<b>(40.880)</b>	<b>(47.125)</b>	<b>(88.005)</b>	<b>(24.572)</b>	<b>(22.461)</b>	<b>(47.033)</b>	<b>2.757</b>	<b>(5.885)</b>	<b>(3.128)</b>	<b>(24.572)</b>	<b>(20.445)</b>	<b>(45.017)</b>
<b>IRPJ e CSLL Diferidos</b>	<b>(782.824)</b>	<b>(280.619)</b>	<b>(1.063.443)</b>	<b>(24.783)</b>	<b>(8.922)</b>	<b>(33.705)</b>	<b>(31.780)</b>	<b>(10.244)</b>	<b>(42.025)</b>	<b>33.825</b>	<b>12.177</b>	<b>46.002</b>
	<b>(823.704)</b>	<b>(327.744)</b>	<b>(1.151.448)</b>	<b>(49.355)</b>	<b>(31.383)</b>	<b>(80.738)</b>	<b>(29.023)</b>	<b>(16.129)</b>	<b>(45.153)</b>	<b>9.253</b>	<b>(8.268)</b>	<b>985</b>
Alíquota efetiva	-17,86%	-7,11%		-9,96%	-6,33%		-3,52%	-1,96%		4,16%	-3,71%	

A variação ocorrida na apuração do IRPJ e CSLL no período, quando comparado ao anterior, se referem, substancialmente, aos efeitos do registro dos ativos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais, base negativa de CSLL e diferenças temporárias.

## 28.1 Créditos Fiscais

Saldos dos créditos fiscais acumulados (bases de cálculo)		
	30/09/2016	31/12/2015
Prejuízos fiscais acumulados	3.735.124	3.957.870
Bases de cálculo negativas da CSLL	3.674.652	3.897.398
Provisões não dedutíveis	2.861.712	2.952.038
Remuneração das imobilizações em curso - diferida	5.138	42.475
Demais adições temporárias	1.010	1.347

Referem-se aos saldos dos créditos fiscais controlados no livro de apuração do lucro real (LALUR), cujos tributos diferidos com estimativa de realização futura foram contabilizados no ativo (nota 8.1).

## NOTA 29 – COMPROMISSOS OPERACIONAIS DE LONGO PRAZO

Os valores e preços dos compromissos operacionais de longo prazo da Controladora e de suas investidas estão apresentados pelo valor nominal e não estão deduzidos de eventuais subvenções e reembolsos de custos que a Companhia detenha. Os valores dos compromissos das empresas investidas estão apresentados pela proporção das participações da Companhia.

### 29.1. Socioambientais

Em decorrência de exigências legais, relacionadas às obras de expansão da UHE Tucuruí, houve necessidade de efetivar o processo de licenciamento desse empreendimento junto à Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema) do Estado do Pará. Diante disso, para liberação da Licença de Instalação (LI), as partes acordaram que a Companhia seria responsável por realizar investimentos em programas de mitigação e compensações socioambientais, visando o desenvolvimento sustentável dos municípios à montante e à jusante da UHE Tucuruí envolvidos.

Estes compromissos estão registrados no passivo da Companhia e totalizam R\$ 123.524 (2015 – R\$ 123.524) (nota 23).

### 29.2. Aportes de capital da Companhia em empresas investidas

A Companhia possui compromissos em seu orçamento para realização de aportes de capitais em empresas investidas. Os valores informados abaixo estão sujeitos à aprovação do DEST.

SPE	Participação da Companhia	2017	2018	2019	TOTAL
<b>GERAÇÃO</b>		<b>692.656</b>	<b>161.510</b>	<b>18.150</b>	<b>872.316</b>
Norte Energia S.A.	19,80%	561.980	145.380	18.150	<b>725.510</b>
UHE Sinop	24,50%	130.676	16.130	-	<b>146.806</b>
<b>TRANSMISSÃO</b>		<b>231.623</b>	<b>88.200</b>	<b>-</b>	<b>319.823</b>
Belo Monte Transmissora de Energia	24,50%	159.500	-	-	<b>159.500</b>
Tramissora Matogrossense de Energia	49,00%	11.853	-	-	<b>11.853</b>
Transnorte Energia S.A.	49,00%	60.270	88.200	-	<b>148.470</b>
<b>TOTAL DE APORTES</b>		<b>924.279</b>	<b>249.710</b>	<b>18.150</b>	<b>1.192.139</b>

### 29.2.1. Mútuo entre Eletronorte e State Grid Brazil Holding

A Companhia celebrou, em 16 de dezembro de 2014, instrumento particular de mútuo com a empresa State Grid Brazil Holding, cujo objeto é a concessão de recursos à Eletronorte na importância total de até R\$ 294.700, a ser realizada em parcelas, mediante solicitações.

	Circulante	Não Circulante	Total
<b>Saldo em 31/12/2015</b>	<b>-</b>	<b>135.828</b>	<b>135.828</b>
Aportes / Captação	-	97.937	<b>97.937</b>
Atualização monetária do período	4.408	43.652	<b>48.060</b>
Transferências	-	-	-
<b>Saldo total em 30/09/2016</b>	<b>4.408</b>	<b>277.417</b>	<b>281.825</b>

### NOTA 30 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia efetuou transações com partes relacionadas, incluindo compra e venda de energia elétrica, além de transações de empréstimos e financiamentos. A energia elétrica vendida é baseada em tarifas homologadas pela ANEEL.

**30.1.** As transações com as partes relacionadas em que a Companhia possui participação societária são as seguintes:

	30/09/2016			31/12/2015		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
<b>Amazônia Eletronorte Transmissora de Energia S.A.</b>	<b>27</b>	<b>178</b>	<b>-</b>	<b>24</b>	<b>160</b>	<b>125</b>
Serviços prestados	27	-	-	24	-	-
Uso da rede de transmissão	-	178	-	-	160	(2.126)
Outros	-	-	-	-	-	2.251
<b>Brasnorte Transmissora de Energia S.A.</b>	<b>1.069</b>	<b>101</b>	<b>1.736</b>	<b>106</b>	<b>88</b>	<b>2.347</b>
Uso da rede de transmissão	-	101	1.736	-	88	(1.176)
Serviços prestados	1.069	-	-	106	-	-
Outros	-	-	-	-	-	3.523
<b>Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A.</b>	<b>316</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>57</b>	<b>-</b>	<b>517</b>
Serviços prestados	1	-	-	1	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	254	-	-	-	-	-
Uso da rede de transmissão	61	-	-	56	-	507
Outros	-	-	-	-	-	10
<b>Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A.</b>	<b>70</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>67</b>	<b>-</b>	<b>604</b>
Serviços prestados	1	-	-	1	-	-
Uso da rede de transmissão	69	-	-	66	-	593
Outros	-	-	-	-	-	11
<b>Companhia Energética SINOP S.A.</b>	<b>117.110</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>36.750</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Adiantamento para futuro aumento de capital	117.110	-	-	36.750	-	-
<b>Energética Águas da Pedra S.A.</b>	<b>197</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>172</b>	<b>-</b>	<b>1.557</b>
Serviços prestados	-	-	-	-	-	-
Uso da rede de transmissão	197	-	-	172	-	1.557
<b>Integração Transmissora de Energia S.A.</b>	<b>379</b>	<b>712</b>	<b>-</b>	<b>317</b>	<b>648</b>	<b>(2.756)</b>
Uso da rede de transmissão	-	712	-	-	648	(6.429)
Serviços prestados	379	-	-	317	-	-
Outros	-	-	-	-	-	3.673
<b>Linha Verde Transmissora de Energia S.A.</b>	<b>13</b>	<b>77</b>	<b>-</b>	<b>98.117</b>	<b>19</b>	<b>49.506</b>
Financiamentos e Empréstimos	-	-	-	98.109	-	13.954
Serviços prestados	13	-	-	8	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	35.563
Uso da rede de transmissão	-	77	-	-	19	(29)
Outros	-	-	-	-	-	18
<b>Manaus Transmissora de Energia S.A.</b>	<b>1.482</b>	<b>897</b>	<b>-</b>	<b>1.396</b>	<b>800</b>	<b>(6.698)</b>
Uso da rede de transmissão	-	897	-	-	792	(9.154)
Adiantamento para futuro aumento de capital	415	-	-	329	-	2.573
Dispêndios a reembolsar, empregados cedidos e PPRS	1.067	-	-	1.067	-	-
Outros	-	-	-	-	8	(117)
<b>Norte Energia S.A.</b>	<b>6.005</b>	<b>-</b>	<b>40.562</b>	<b>444</b>	<b>-</b>	<b>39.681</b>
Serviços prestados	4.198	-	-	40	-	-
Uso da rede de transmissão	1.807	-	2.722	374	-	423
Outros	-	-	37.840	30	-	39.258
<b>Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.</b>	<b>-</b>	<b>1.569</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.459</b>	<b>(14.636)</b>
Uso da rede de transmissão	-	1.569	-	-	1.459	(14.636)
<b>Transmissora Matogrossense de Energia S.A.</b>	<b>10</b>	<b>252</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>214</b>	<b>(2.221)</b>
Uso da rede de transmissão	10	252	-	-	214	(2.221)
<b>Transnorte Energia S.A.</b>	<b>-</b>	<b>16</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>36</b>	<b>(186)</b>
Uso da rede de transmissão	-	16	-	-	36	(186)
<b>Previnorte Fundação de Previdência Complementar</b>	<b>63</b>	<b>6.873</b>	<b>-</b>	<b>7.174</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Dispêndios a reembolsar, empregados cedidos e PPRS	-	-	-	-	-	-
Outros	63	6.873	-	7.174	-	-
<b>Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A.</b>	<b>62</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1</b>	<b>-</b>	<b>10</b>
Uso da rede de transmissão	61	-	-	-	-	-
Serviços prestados	1	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	1	-	10
<b>TOTAL</b>	<b>126.803</b>	<b>10.675</b>	<b>42.298</b>	<b>144.625</b>	<b>3.424</b>	<b>67.850</b>

**30.2. As transações com as outras partes relacionadas são as seguintes:**

	30/09/2016			31/12/2015		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
<b>Amazonas Distribuidora de Energia S.A.</b>	<b>20.625</b>	<b>1.801</b>	<b>187</b>	<b>19.532</b>	-	<b>4.639</b>
Uso da rede de transmissão	4.423	1.801	187	939	-	4.639
Dispêndios a reembolsar, empregados cedidos e PPRS	16.202	-	-	18.593	-	-
<b>Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A.</b>	<b>3.198</b>	-	-	<b>1.460</b>	-	-
Dispêndios a reembolsar, empregados cedidos e PPRS	3.198	-	-	1.460	-	-
<b>Boa Vista Energia S.A.</b>	<b>516.871</b>	<b>253</b>	-	<b>371.358</b>	<b>194</b>	<b>188.828</b>
Suprimento de energia elétrica	419.921	-	-	81.515	-	188.828
Outros	96.950	253	-	289.843	194	-
<b>Cia. Energética de Alagoas S.A. - Ceal</b>	<b>19.111</b>	-	<b>34.862</b>	<b>7.569</b>	-	<b>42.874</b>
Suprimento de energia elétrica	18.853	-	34.862	7.301	-	41.045
Uso da rede de transmissão	258	-	-	174	-	1.829
Outros	-	-	-	94	-	-
<b>Cia. Energética de Goiás S.A. - Celg</b>	<b>20.891</b>	<b>112</b>	<b>61.943</b>	<b>11.000</b>	<b>109</b>	<b>92.750</b>
Suprimento de energia elétrica	19.254	-	61.943	9.625	-	82.237
Dispêndios a reembolsar, empregados cedidos e PPRS	-	-	-	93	-	-
Uso da rede de transmissão	1.482	112	-	1.274	109	10.513
Outros	155	-	-	8	-	-
<b>Cia. Energética do Piauí S.A. - Cepisa</b>	<b>8.500</b>	-	<b>16.278</b>	<b>4.297</b>	-	<b>19.858</b>
Suprimento de energia elétrica	8.118	-	16.278	3.916	-	17.047
Uso da rede de transmissão	344	-	-	281	-	2.811
Dispêndios a reembolsar, empregados cedidos e PPRS	24	-	-	13	-	-
Outros	14	-	-	87	-	-
<b>Centrais Elétricas de Rondônia S.A. - Ceron</b>	<b>2.193.375</b>	-	<b>207.119</b>	<b>1.986.273</b>	-	<b>671.821</b>
Suprimento de energia elétrica	27	-	-	19	-	207
Uso da rede de transmissão	1.588	-	18	1.372	-	12.352
Contas a receber (operação termonorte)	2.191.760	-	207.101	1.984.660	-	659.262
Outros	-	-	-	222	-	-
<b>Cia. de Geração Térmica de Energia Elétrica S.A. - Cgtee</b>	<b>58.615</b>	-	<b>153.162</b>	<b>119.216</b>	-	<b>208.756</b>
Suprimento de energia elétrica	58.248	-	151.253	113.913	-	206.302
Uso da rede de transmissão	350	-	1.909	298	-	2.454
Dispêndios a reembolsar, empregados cedidos e PPRS	-	-	-	16	-	-
Outros	17	-	-	4.989	-	-
<b>Cia. Hidro Elétrica do São Francisco S.A. - Chesf</b>	<b>4.483</b>	<b>3.178</b>	<b>31.587</b>	<b>3.805</b>	<b>2.967</b>	<b>8.131</b>
Uso da rede de transmissão	4.469	3.178	31.587	3.682	2.967	8.131
Dispêndios a reembolsar, empregados cedidos e PPRS	14	-	-	123	-	-
<b>Cia. de Eletricidade do Acre S.A. - Eletroacre</b>	<b>692</b>	-	-	<b>504</b>	-	<b>4.622</b>
Dispêndios a reembolsar, empregados cedidos e PPRS	49	-	-	-	-	-
Suprimento de energia elétrica	95	-	-	26	-	257
Uso da rede de transmissão	548	-	-	478	-	4.365
<b>Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras</b>	<b>5.061</b>	<b>4.340.349</b>	<b>(309.203)</b>	<b>14.785</b>	<b>4.534.004</b>	<b>(232.473)</b>
Empréstimos e financiamentos	-	2.636.656	(140.639)	-	2.986.067	(232.473)
Dispêndios a reembolsar, empregados cedidos e PPRS	1.448	-	-	14.785	-	-
Obrigações com a Controladora	-	1.703.630	(168.564)	-	1.543.463	-
Outros	3.613	63	-	-	4.474	-
<b>Eletrobras Termonuclear S.A. - Eletronuclear</b>	<b>636</b>	<b>20</b>	<b>3.123</b>	<b>543</b>	-	<b>5.717</b>
Uso da rede de transmissão	636	20	3.123	525	-	5.717
Dispêndios a reembolsar, empregados cedidos e PPRS	-	-	-	18	-	-
<b>Eletrobras Participações S.A. - Eletropar</b>	<b>3.452</b>	-	-	<b>11.574</b>	-	-
Outros	3.452	-	-	11.574	-	-
<b>Eletrosul Centrais Elétricas S.A.</b>	<b>430</b>	<b>109.381</b>	<b>4.591</b>	<b>404</b>	<b>341.322</b>	<b>(38.163)</b>
Uso da rede de transmissão	91	3.070	-	76	2.941	(38.211)
Dispêndios a reembolsar, empregados cedidos e PPRS	18	-	-	310	-	-
Serviços prestados	-	-	-	18	-	-
Aquisição de ativos	-	106.190	-	-	238.093	-
Outros	321	121	4.591	-	100.288	48
<b>Furnas Centrais Elétricas S.A.</b>	<b>4.411</b>	<b>3.776</b>	<b>(11.100)</b>	<b>4.828</b>	<b>3.555</b>	<b>(11.784)</b>
Uso da rede de transmissão	4.195	3.776	(11.100)	3.573	3.555	(11.784)
Dispêndios a reembolsar, empregados cedidos e PPRS	216	-	-	102	-	-
Serviços prestados	-	-	-	1.153	-	-
<b>Itaipu Binacional S.A.</b>	-	-	-	<b>38</b>	-	-
Dispêndios a reembolsar, empregados cedidos e PPRS	-	-	-	38	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>2.860.351</b>	<b>4.458.870</b>	<b>192.549</b>	<b>2.557.186</b>	<b>4.882.151</b>	<b>965.576</b>

### 30.3. Remuneração do pessoal chave da Administração

Os gastos com a remuneração dos conselheiros de administração e fiscal e diretores executivos estão demonstrados a seguir:

	30/09/2016	30/09/2015
Remuneração dos Diretores e Conselheiros	3.016	2.486
Encargos sociais	27	118
Benefícios	289	274
Outros	13	29
<b>Total</b>	<b>3.345</b>	<b>2.907</b>

## NOTA 31 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

### 31.1. Gestão do Risco de Capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de perseguir uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. As aquisições e vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e de debêntures (contemplando as dívidas de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

	Nota	30/09/2016	31/12/2015
Financiamentos, empréstimos e debêntures	17/18	5.214.372	5.011.959
(-) Caixa e equivalentes de caixa	4	(16.103)	(51.683)
<b>Dívida líquida</b>		<b>5.198.269</b>	<b>4.960.276</b>
Patrimônio líquido		15.364.936	11.974.681
<b>Total do capital</b>		<b>20.563.205</b>	<b>16.934.957</b>
<b>Índice de alavancagem financeira</b>		<b>25%</b>	<b>29%</b>

### 31.2. Classificação por categoria de instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados em categorias de ativos e passivos financeiros, os quais contemplam inclusive os instrumentos derivativos, conforme segue:

ATIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)		Nota	30/09/2016	31/12/2015
<b>Empréstimos e recebíveis</b>			<b>13.747.996</b>	<b>8.996.843</b>
Clientes		6	1.320.180	1.039.844
Financiamentos e empréstimos		17	-	98.109
Ativo financeiro concessões de serviço público		7	9.695.954	5.395.400
Crédito junto à Ceron		11	2.191.760	1.984.659
Outros ativos		10	540.102	478.831
<b>Mensurados a valor justo por meio do resultado</b>			<b>564.237</b>	<b>1.162.928</b>
Caixa e equivalentes de caixa		4	16.103	51.683
Instrumentos financeiros derivativos		9	122.623	46.311
Títulos e valores mobiliários		5	425.511	1.064.934
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)				
<b>Mensurados ao Custo Amortizado</b>			<b>7.140.399</b>	<b>6.468.200</b>
Fornecedores		16	763.665	917.088
Financiamentos e empréstimos		17	5.214.372	4.792.156
Debêntures		18	206.704	219.803
Outros passivos		23	955.658	539.153
<b>Mensurados a Valor Justo por meio do resultado</b>			<b>49.912</b>	<b>80.269</b>
Instrumentos financeiros derivativos		9	49.912	80.269

#### 31.2.1. Ativos Financeiros

- Caixa e Equivalentes de caixa:** mantidos para negociação em curto prazo e mensurados pelo valor justo, sendo os seus efeitos reconhecidos diretamente no resultado.
- Títulos e valores mobiliários – Curto e Longo Prazo** – usualmente mantidos para negociação em curto prazo e mensurados pelo valor justo, sendo os seus efeitos reconhecidos diretamente no resultado.
- Clientes:** são registrados pelo seu valor nominal, prováveis de realização. Os créditos renegociados são registrados assumindo a intenção de mantê-los até o vencimento, pelos seus valores prováveis de realização, similares aos valores justos.
- Financiamentos e empréstimos concedidos:** são ativos financeiros com recebimentos fixos ou determináveis, sendo seus valores mensurados pelo custo amortizado, mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva.

Os financiamentos concedidos estão restritos às concessionárias de serviço público de energia elétrica e, desta forma, a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital da empresa) é definida levando em conta prêmio de risco compatível com as atividades do setor. Na impossibilidade de buscar alternativas que não o próprio setor elétrico, o valor presente desses empréstimos corresponde ao seu valor contábil.

- Ativos financeiros da concessão:** são ativos financeiros que representam o direito incondicional de receber uma determinada quantia ao final do prazo da concessão. São classificados como empréstimos e recebíveis.

- f) **Derivativos:** são mensurados pelo valor justo e seus efeitos reconhecidos diretamente no resultado ou no patrimônio líquido, dependendo do tipo de cada designação de *hedge* (se *hedge* de fluxo de caixa ou de valor justo).
- g) **Demais ativos financeiros:** são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva, e seus valores justos são similares aos seus valores contábeis.

### 31.2.2. Passivos Financeiros

- a) **Fornecedores:** são mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço, sendo o seu valor contábil aproximado de seu valor justo.
- b) **Empréstimos e financiamentos:** são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Nessa classificação de passivo financeiro destacam-se os empréstimos e financiamentos obtidos junto às instituições financeiras, notadamente no exterior, e aos fundos setoriais, em especial a RGR. Os valores de mercado dos empréstimos e financiamentos obtidos são similares aos seus valores contábeis.

Os financiamentos captados são contratados junto à Controladora da Companhia. Os demais empréstimos são captados a taxas de mercado, fazendo com que o valor contábil seja próximo ao seu valor presente.

A Companhia finalizou o exercício com contratos passivos, entre empréstimos, financiamentos e debêntures, que totalizam R\$ 5.421.076, (2015 - R\$ 5.011.959), e apresentam o equivalente em US\$ (dólar) conforme demonstrado a seguir:

Moeda			
	US\$ (equivalentes)	R\$	%
Dólar Norte-Americano	121.574	394.640	7%
Real	1.497.428	4.860.801	90%
Iene	51.025	165.633	3%
Euro	1	2	0%
	<b>1.670.028</b>	<b>5.421.076</b>	<b>100%</b>

- c) **Demais passivos financeiros:** são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva, e seus valores justos são similares aos seus valores contábeis.

### 31.3. Gestão de Riscos Financeiros

No exercício de suas atividades, a Companhia é impactada por eventos de riscos que podem comprometer os seus objetivos estratégicos. O gerenciamento de riscos tem como principal objetivo antecipar e minimizar os efeitos adversos de tais eventos nos negócios e resultados econômico-financeiros da Companhia.

Para a gestão de riscos financeiros, a Companhia definiu políticas e estratégias operacionais e financeiras, aprovadas por comitês internos e pela Administração, que visam conferir liquidez, segurança e rentabilidade a seus ativos e manter os níveis de endividamento e perfil da dívida definidos para os fluxos econômico-financeiros.

Os principais riscos financeiros identificados no processo de gerenciamento de riscos são:



### 31.3.1. Risco de taxa de câmbio

Esse risco decorre da possibilidade da Companhia ter seus demonstrativos econômico-financeiros impactados por flutuações nas taxas de câmbio. A Companhia apresenta exposição a riscos financeiros que causam volatilidade em suas demonstrações contábeis bem como em seu fluxo de caixa. A Companhia apresenta relevante exposição entre ativos e passivos indexados à moeda estrangeira, em especial ao dólar norte americano, proveniente principalmente de contratos de financiamento. Adicionalmente, existem exposições à taxa de juros em Euro e Iene, relativas a contratos de captação externa (nota 17.4).

Com isso, a referida política visa que os resultados da Companhia reflitam fielmente o seu real desempenho operacional e que o seu fluxo de caixa projetado apresente menor volatilidade.

Exposição à moeda estrangeira	30/09/2016	31/12/2015
	<b>Passivos</b>	
Dólar norte-americano	394.640	490.367
Euro	2	5
Iene	165.633	174.886
<b>Total</b>	<b>560.275</b>	<b>665.258</b>
<b>Passivo líquido exposto</b>	<b>560.275</b>	<b>665.258</b>

### 31.3.2. Risco de taxa de juros

Esse risco está associado à possibilidade da Companhia contabilizar perdas em razão de oscilações das taxas de juros de mercado, impactando seus demonstrativos pela elevação das despesas financeiras, relativas a contratos de captação externa. A Companhia monitora a sua exposição às taxas operadas.

A exposição da Companhia às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item de análise de sensibilidade desta nota explicativa.

### 31.3.3. Risco de *commodities*

A Companhia celebrou, no exercício de 2004, contratos de longo prazo para fornecimento de energia elétrica a três de seus principais clientes. Esses contratos de longo prazo estão associados ao preço internacional do alumínio, cotado na LME, como ativo básico para fins de definição dos valores mensais dos contratos.

Os detalhes dos contratos são os seguintes:

CLIENTE	Data do contrato		Volume em Megawatts Médios (MW)
	Inicial	Final	
Albrás	01/07/2004	31/12/2024	750 até 31/12/2006 e 800 a partir de 01/01/2007
BHP	01/07/2004	31/12/2024	de 353,08 a 492

Esses contratos incluem o conceito de *cap and floor band*, relacionado ao preço do alumínio cotado na LME. O preço limite máximo e mínimo da LME está limitado a US\$ 2,773. 21/ton e US\$ 1,450/ton, respectivamente.

O ganho apurado na operação com derivativos no exercício é de R\$ 76.312 (2015 – perda de R\$ 96.294) e está apresentada na demonstração do resultado do exercício (nota 27). A posição patrimonial líquida apresentada é ativa em R\$ 95.227 (2015 - posição passiva líquida R\$ 33.958).

### 31.3.4. Risco de crédito

Esse risco decorre da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade na realização de seus recebíveis junto a clientes, bem como da inadimplência de instituições financeiras contrapartes em operações.

A exposição ao risco de crédito da Companhia está demonstrada abaixo:

Ativos (Circulante / Não Circulante)	Saldos em 30 de setembro de 2016	Saldos em 31 de dezembro de 2015
Caixa e equivalentes de caixa	16.103	51.683
Títulos e valores mobiliários	425.511	1.064.934
Clientes	1.320.180	1.039.844
Ativo financeiro-concessão de serviço público	9.695.954	5.395.400
Créditos junto à Ceron	2.191.760	1.984.659
Outros ativos	540.102	478.831
<b>Total</b>	<b>14.189.610</b>	<b>10.015.351</b>

**Caixa e equivalentes de caixa:** Em eventuais relações com instituições financeiras, a Companhia tem como prática a realização de operações somente com instituições de baixo risco avaliadas por agências de rating e que atendam a requisitos patrimoniais previamente definidos e formalizados. Adicionalmente, são definidos limites de crédito que são revisados periodicamente.

**Títulos e Valores Mobiliários:** As disponibilidades de caixa são aplicadas em um fundo extramercado, conforme normativo específico do Banco Central do Brasil. Esse fundo é composto na sua totalidade por títulos públicos custodiados na Selic, não havendo exposição ao risco de contraparte.

**Clientes:** A Companhia, através de suas controladas, atua nos mercados de geração e transmissão de energia elétrica amparada em contratos firmados em ambiente regulado. A Companhia busca minimizar seus riscos de crédito através de mecanismos de garantia envolvendo recebíveis de seus clientes e, quando aplicável, através de fianças bancárias.

**Ativo financeiro-concessão de serviço público:** O poder concedente delegou às geradoras, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores o pagamento mensal da RAP, que por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, constitui-se em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro, deste modo o risco de crédito é baixo.

**Indenização de concessões e direito de ressarcimento:** O valor referente às indenizações a receber e do direito de ressarcimento serão quitados pelo Poder Público, deste modo, o risco de crédito associado a esta operação é baixo.

**Créditos junto à Ceron:** Esses créditos foram objetos de dação em pagamento de dividendos à Eletrobras, conforme definido e aprovado em AGE (nota 11).

**Outros ativos:** Os valores transacionados e registrados em outros ativos são, normalmente, de baixa relevância, e quando há expectativa de não recebimento por parte da Companhia, tais valores são provisionados. A partir deste momento a Companhia inicia o processo de renegociação destes valores.

### 31.3.5. Risco de liquidez

As necessidades de liquidez da Companhia são de responsabilidade das áreas de tesouraria e de captação de recursos, que atuam alinhadas no monitoramento permanente dos fluxos de caixa de curto, médio e longo prazo, previstos e realizados, buscando evitar eventuais descasamentos e consequentes perdas financeiras e garantir as exigências de liquidez para as suas necessidades operacionais.

As datas de vencimento dos instrumentos financeiros derivativos estão divulgadas na nota 9. A tabela abaixo mostra os passivos financeiros não derivativos da Companhia por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros a incorrer e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado é obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações.

PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)	Nota	30/09/2016			
		ATÉ 1 ANO	DE 1 A 2 ANOS	DE 2 A 5 ANOS	MAIS DE 5 ANOS
		<b>1.901.939</b>	<b>991.418</b>	<b>1.635.233</b>	<b>3.010.583</b>
Mensurados ao Custo Amortizado					
Fornecedores	16	535.747	164.216	63.702	-
Financiamentos e empréstimos	17	707.225	166.672	1.425.275	2.708.496
Debêntures	18	14.554	10.300	41.200	140.650
Folha de pagamento e obrigações estimadas		347.691	7.637	1.694	-
Outros passivos	23	296.722	642.593	103.362	161.437
Mensurados a valor justo por meio do resultado		<b>3</b>	<b>49.909</b>	-	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	9	3	49.909	-	-

  

PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)	Nota	31/12/2015			
		ATÉ 1 ANO	DE 1 A 2 ANOS	DE 2 A 5 ANOS	MAIS DE 5 ANOS
		<b>1.923.660</b>	<b>1.494.575</b>	<b>1.572.419</b>	<b>2.239.466</b>
Mensurados ao Custo Amortizado					
Fornecedores	16	584.532	164.216	168.340	-
Financiamentos e empréstimos	17	601.457	1.043.046	1.210.203	1.937.450
Debêntures	18	14.555	10.300	41.200	153.748
Folha de pagamento e obrigações estimadas		245.395	7.637	7.633	-
Outros passivos	23	477.721	269.376	145.043	148.268
Mensurados a valor justo por meio do resultado		<b>1.748</b>	<b>78.521</b>	-	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	9	1.748	78.521	-	-

### 31.4. Análise de Sensibilidade dos instrumentos financeiros

Nos quadros a seguir foram considerados cenários para índices e taxas, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Para a análise de sensibilidade, utilizou-se como cenário provável para 2016 previsões e/ou estimativas baseadas, fundamentalmente, em premissas macroeconômicas obtidas do Relatório Focus, divulgado pelo Banco Central.

#### 31.4.1. Empréstimos obtidos

Foram realizadas análises de sensibilidade dos contratos de empréstimos e financiamentos em quatro diferentes cenários: dois com elevação das moedas-indexadores do saldo devedor e dois com diminuição dessas moedas-indexadores. As análises limitaram-se aos contratos obtidos que apresentem exposição à taxa de câmbio e índice de preços.

### 31.4.1.1. Depreciação dos índices - Empréstimos obtidos (em centavos e percentuais)

Contratos Obtidos - Var. Positiva - 30/09/2016			Indexador			Saldo R\$ mil	
Moeda (Risco)	Saldo \$ mil	Saldo R\$ mil	Provável 2016	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário III (-25%)	Cenário IV (-50%)
Dolar(R\$/US\$)	121.574	394.640	3,2500	2,438	1,625	296.336	197.557
IPCA	-	1.770.217	7,04%	0,053	0,035	1.863.684	1.832.529
TJLP	-	1.590.487	7,50%	0,056	0,038	1.679.952	1.650.130
SELIC	-	4.232	13,75%	0,103	0,069	4.668	4.523
EURO(R\$/€)	1	2	3,6720	2,754	1,836	2	1
IENE(R\$/¥)	5.164.733	165.633	0,0290	0,022	0,015	112.333	74.889
<b>TOTAL</b>		<b>3.925.211</b>		<b>0</b>	<b>0</b>	<b>3.956.975</b>	<b>3.759.629</b>

Contratos Obtidos - Var. Positiva - 2015			Indexador			Saldo R\$ mil	
Moeda (Risco)	Saldo \$ mil	Saldo R\$ mil	Provável 2016	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário III (-25%)	Cenário IV (-50%)
Dolar(R\$/US\$)	184.439	490.367	4,2500	3,188	2,125	587.898	391.932
IPCA	-	1.856.353	6,93%	0,052	0,035	1.952.837	1.920.676
TJLP	-	1.228.691	7,00%	0,053	0,035	1.293.197	1.271.695
SELIC	-	72.874	15,25%	0,114	0,076	81.209	78.431
EURO(R\$/€)	2	5	4,7807	3,585	2,390	6	4
IENE(R\$/¥)	7.877.748	174.886	0,0354	0,027	0,018	209.253	139.502
<b>TOTAL</b>		<b>3.823.176</b>				<b>4.124.400</b>	<b>3.802.240</b>

Contratos Obtidos - Var. Positiva - 30/09/2016			Indexador			Saldo R\$ mil	
Moeda (Risco)	Saldo \$ mil	Saldo R\$ mil	Provável 2016	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Dolar(R\$/US\$)	121.574	394.640	3,2500	4,063	4,875	493.893	592.671
IPCA	-	1.770.217	7,04%	0,088	0,106	1.925.996	1.957.152
TJLP	-	1.590.487	7,50%	0,094	0,113	1.739.595	1.769.417
SELIC	-	4.232	13,75%	0,172	0,206	4.959	5.105
EURO(R\$/€)	1	2	3,6720	4,590	5,508	3	3
IENE(R\$/¥)	5.164.733	165.633	0,0290	0,036	0,044	187.222	224.666
<b>TOTAL</b>		<b>3.925.211</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>4.351.667</b>	<b>4.549.014</b>

Contratos Obtidos - Var. Positiva - 2015			Indexador			Saldo R\$ mil	
Moeda (Risco)	Saldo \$ mil	Saldo R\$ mil	Provável 2016	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Dolar(R\$/US\$)	184.439	490.367	4,2500	5,313	6,375	979.830	1.175.796
IPCA	-	1.856.353	6,93%	0,087	0,104	2.017.160	2.049.321
TJLP	-	1.228.691	7,00%	0,088	0,105	1.336.201	1.357.704
SELIC	-	72.874	15,25%	0,191	0,229	86.766	89.544
EURO(R\$/€)	2	5	4,7810	5,976	7,171	9	11
IENE(R\$/¥)	7.877.748	174.886	0,0350	0,044	0,053	348.754	418.505
<b>TOTAL</b>		<b>3.823.176</b>				<b>4.768.720</b>	<b>5.090.881</b>

### 31.4.1.2. Apreciação dos índices - Empréstimos obtidos (em centavos e percentuais)

#### 31.4.2. Derivativos embutidos

##### 31.4.2.1. Indexados ao preço do alumínio

Foram realizadas análises de sensibilidade dos contratos de fornecimento de energia dos consumidores eletrointensivos Albras e BHP, por possuírem cláusula contratual referente ao prêmio por variação do preço do alumínio no mercado internacional (nota 31.3.3).

Desta forma, foi sensibilizada para tais contratos híbridos uma variação sobre o preço do prêmio auferido, conforme tabela abaixo. Os componentes de volatilidade do prêmio basicamente são: preço do alumínio primário na LME, câmbio e CDI. Abaixo é possível verificar o impacto de cada cenário no resultado da Companhia.

Para o cenário II (redução de 50%) o preço esperado para a tonelada de alumínio ofertada na LME fica abaixo do preço mínimo para aferição de prêmio contratual (US\$ 1.450), logo o valor tende a zero, impactando na marcação a mercado do derivativo embutido.

Quanto à variação obtida entre os cenários III e IV (aumento de 25% e 50%), a grande variação apresentada refere-se à aplicação dos referidos percentuais nos valores de câmbio, preço de alumínio e CDI.

As análises de sensibilidade foram elaboradas como estabelece a Instrução CVM 475/2008, tendo como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Trata-se, portanto, de projeções baseadas em avaliações de cenários macroeconômicos, não significando que as transações terão os valores apresentados no prazo de análise considerado.

	30/09/2016	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
2016	122.623	-	-	518.296	695.560
2015	46.311	-	-	400.552	603.139

##### 31.4.2.2. Debêntures

Foram realizadas análises de sensibilidade do contrato de debêntures, por possuírem cláusula contratual referente à possibilidade da conversão destas debêntures em ações da Companhia (nota 9.2).

Na análise a seguir foram considerados cenários para a TJLP com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Para a análise de sensibilidade utilizou-se como cenário provável as previsões e/ou estimativas baseadas fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do Relatório FOCUS, divulgado pelo Banco Central.

Foram realizadas análises de sensibilidade para a curva de pagamento do serviço da dívida contratada com o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), por possuírem cláusula contratual referente à opção de conversibilidade em 50% em ações da companhia na data da efetiva liquidação do papel.

De acordo com o CPC 38, os contratos híbridos que tenham a eles associados elementos voláteis, sejam eles índices de preços e/ou *commodities*, devem ser marcados a mercado. Com isso, as demonstrações financeiras intermediárias passam a refletir o valor justo da operação em cada data avaliada.

Desta forma, foi sensibilizada para o contrato uma variação sobre a expectativa de realização da TJLP.

Abaixo é possível verificar o impacto de cada cenário no resultado da Companhia.

As análises de sensibilidade foram elaboradas como estabelece a Instrução CVM 475/2008, tendo como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Trata-se, portanto, de projeções baseadas em avaliações de cenários macroeconômicos, não significando que as transações terão os valores apresentados no prazo de análise considerado.

	30/09/2016	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
<b>2016</b>	49.912	42.410	34.369	56.603	62.411
<b>2015</b>	80.269	70.981	59.963	87.874	94.045

### 31.5. Estimativa do Valor Justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a PCLD, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros, pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

(Circulante / Não circulante)	Nota	30/09/2016				31/12/2015			
		NIVEL 1	NIVEL 2	NIVEL 3	Total	NIVEL 1	NIVEL 2	NIVEL 3	Total
<b>ATIVOS FINANCEIROS</b>									
<b>Mensurados a valor justo por meio do resultado</b>		<b>441.614</b>	<b>122.623</b>	<b>-</b>	<b>564.237</b>	<b>1.116.857</b>	<b>46.311</b>	<b>-</b>	<b>1.163.168</b>
Caixa e equivalentes de caixa	4	16.103	-	-	16.103	51.683	-	-	51.683
Títulos e valores mobiliários	5	425.511	-	-	425.511	1.065.174	-	-	1.065.174
Instrumentos financeiros derivativos	9	-	122.623	-	122.623	-	46.311	-	46.311
<b>PASSIVOS FINANCEIROS</b>									
<b>Mensurados a valor justo por meio do resultado</b>		<b>-</b>	<b>49.912</b>	<b>-</b>	<b>49.912</b>	<b>-</b>	<b>80.269</b>	<b>-</b>	<b>80.269</b>
Instrumentos financeiros derivativos	9	-	49.912	-	49.912	-	80.269	-	80.269

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo foram classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo, e

Nível 3 – ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

## **NOTA 32 – EVENTOS SUBSEQUENTES**

### **32.1. Aprovação de linha de crédito**

A Administração da Companhia aprovou em 05 de outubro de 2016, empréstimo no valor de R\$ 500.000 junto à Caixa Econômica Federal por meio de Cédula de Crédito Bancário – CCB, com aval da Eletrobras, com intuito de reforço financeiro ao fluxo de caixa da Companhia. A linha de crédito será disponibilizada na medida em que se fizer necessária a captação.

### **32.2. Fiança Bancária Belo Monte Transmissora**

Em 05 de outubro de 2016 foi aprovado pela Companhia a prestação de garantia corporativa à State Grid Brasil Holding S.A. no valor de R\$ 100.000, em função da assunção pela SGBH da contragarantia à fiança bancária contratada pela SPE Belo Monte Transmissora de Energia S.A. junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

---

## DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA

---

Os Diretores da Companhia declaram que examinaram, discutiram e revisaram todas as informações contidas nestas demonstrações financeiras intermediárias.

Brasília – DF, 04 de novembro de 2016.

TITO CARDOSO DE OLIVEIRA NETO  
Diretor Presidente

ANTONIO M. A. BARRA  
Diretor Econômico-Financeiro

WILSON FERNANDES DE PAULA  
Diretor de Planejamento e Engenharia

ASTROGILDO FRAGUGLIA QUENTAL  
Diretor de Gestão Corporativa

WILLAMYMOREIRA FROTA  
Diretor de Operação

---

## SUPERINTENDÊNCIA DE CONTABILIDADE

---

HUGO LEONARDO DA SILVA VEDANA  
Contador - CRC-DF-017943/O-1